

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RENAN COLOMBO

ESCÂNDALO MIDIÁTICO E IMPACTO ELEITORAL:
AS REELEIÇÕES DOS DEPUTADOS ESTADUAIS
NELSON JUSTUS E ALEXANDRE CURI NO PARANÁ EM 2010

CURITIBA

2014

RENAN COLOMBO

ESCÂNDALO MIDIÁTICO E IMPACTO ELEITORAL:
AS REELEIÇÕES DOS DEPUTADOS ESTADUAIS
NELSON JUSTUS E ALEXANDRE CURI NO PARANÁ EM 2010

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

CURITIBA

2014



PARECER

A banca examinadora instituída pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) mestrando(a) **RENAN COLOMBO**, em relação ao seu trabalho de dissertação, intitulada “*ESCÂNDALO MIDIÁTICO E IMPACTO ELEITORAL: AS RELAÇÕES DE NELSON JUSTUS E ALEXANDRE CURTI EM 2010*”, decidiu favorável à “*Aprovação*” do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Ciência Política.

Curitiba, 28 de março de 2014.



Felipe de Moraes Borba

Prof. Dr. Felipe de Moraes Borba

Nelson Rosário de Souza

Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza

Emerson Urizzi Cervi
Prof. Emerson Urizzi Cervi
(orientador e presidente)

AGRADECIMENTOS

Embora assinado individualmente, este trabalho, é fruto de um esforço coletivo. Têm a minha gratidão e recebem meus agradecimentos:

A equipe de professores do curso, pelo conhecimento e experiências compartilhados;

O meu orientador, professor Dr. Emerson Urizzi Cervi, pelo empenho na realização deste estudo e pela compreensão das minhas limitações de horário;

A banca de qualificação, formada pelos professores Luciana Veiga e Sérgio Braga, pelas valiosas contribuições;

Os colegas do curso, pela partilha das dificuldades e alegrias do curso;

Os colegas de trabalho, cuja compreensão me permitiu assistir às aulas e realizar este estudo;

Os amigos e a minha namorada, que compreenderam minhas ausências e me estimularam para esta conquista;

A minha família, que sempre me preparou para desafios como este.

RESUMO

Esta dissertação analisa o impacto da série de reportagens “Diários Secretos”, do jornal paranaense Gazeta do Povo, sobre as votações dos candidatos Alexandre Curi (PMDB) e Nelson Justus (DEM), reeleitos para a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) em 2010. Os dois deputados tiveram intensa exposição negativa no jornal durante as reportagens, que denunciaram um escândalo de mau uso do dinheiro público na Casa legislativa, porque eram presidente e primeiro-secretário da Alep, respectivamente, quando o caso foi revelado. Ambos respondem a ações civis propostas pelo Ministério Público. O impacto da série é medido por meio de uma análise quantitativa de dados que cruza a área de circulação do jornal e as regiões onde houve perda de votos dos candidatos entre 2006 e 2010, com dois recortes espaciais: os 399 municípios do Paraná e as 10 zonas eleitorais de Curitiba. O modelo empírico inclui mais três variáveis explicativas: o perfil dos gastos de campanha, a produção legislativa no período prévio às eleições de 2010 e indicadores de renda (PIB *per capita*) e escolaridade (taxa de analfabetismo) dos municípios paranaenses. A hipótese principal do estudo, construída a partir da teoria do agendamento da mídia (*agenda setting*), indica que, em função da visibilidade negativa gerada com o escândalo midiático dos “Diários Secretos”, a perda de votos dos candidatos foi mais acentuada nas áreas em que a Gazeta do Povo se faz mais presente. Os resultados indicam que as variáveis circulação do jornal e perfil de gastos de campanha apresentaram resultados estatisticamente significativos para explicar a mudança no padrão geoespacial de votação dos candidatos entre 2006 e 2010, comprovando a hipótese central do estudo.

Palavras-chave: cobertura eleitoral; visibilidade; escândalo midiático.

ABSTRACT

This dissertation examines the impact of the series of reports "Diários Secretos" , published by Paraná's newspaper Gazeta do Povo, on votes of candidates Alexandre Curi (PMDB) and Nelson Justus (DEM) , re-elected to the Legislative Assembly of Paraná (Alep) in 2010. The two politicians had intense negative exposure in newspaper articles during that denounced the scandalous misuse of public money in the legislative house, because they were president and first secretary of Alep, respectively, when the case was revealed. Both respond to civil actions filed by. The impact of the series is measured by a quantitative analysis of data that crosses the circulation area of the newspaper and the regions where there was a loss of votes candidates between 2006 and 2010, with two spatial slices: the 399 cities of Paraná and 10 electoral districts of Curitiba. The empirical model includes three explanatory variables: the profile of campaign spending , legislative production in the period prior to the 2010 elections and indicators of income (GDP per capita) and education (illiteracy's tax) of Paraná's cities. The main hypothesis of the study, constructed from the theory of agenda setting, indicates that, due to the negative media visibility generated with the scandal of " Secret Diaries ", the loss of votes of the candidates was more pronounced in areas when the Gazeta do Povo is more present. The results indicate that the circulation of the newspaper and campaign spending profile variables had statistically significant results to explain the change in voting pattern geospatial candidates between 2006 and 2010, proving the central hypothesis.

Key-word: election coverage; visibility; media scandal.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – VOTOS DE ALEXANDRE CURI E NELSON JUSTUS EM 2006 E 2010	12
TABELA 2 – VOTAÇÃO DETALHADA DE ALEXANDRE CURI E NELSON JUSTUS EM 2006 E 2010.....	13
TABELA 3 – CITAÇÕES A ALEXANDRE CURI E NELSON JUSTUS NA CAPA DA GAZETA DO POVO	22
TABELA 4 – CARGOS E VOTAÇÃO DA CARREIRA POLÍTICA DE ALEXANDRE CURI	52
TABELA 5 – VOTAÇÃO DETALHADA DE ALEXANDRE CURI EM 2002, 2006 E 2010	54
TABELA 6 – CARGOS E VOTAÇÃO DA CARREIRA POLÍTICA DE NELSON JUSTUS	57
TABELA 7 – VOTAÇÃO DETALHADA DE NELSON JUSTUS EM 2002, 2006 E 2010	58
TABELA 8 – CIRCULAÇÃO DO JORNAL X VARIAÇÃO DE VOTOS DE ALEXANDRE CURI ENTRE 2006 E 2010 (POR MUNICÍPIOS)	62
TABELA 9 – CIRCULAÇÃO DO JORNAL X VARIAÇÃO DE VOTOS DE NELSON JUSTUS ENTRE 2006 E 2010 (POR MUNICÍPIOS)	63

TABELA 10 – TESTE DE QUI-QUADRADO PARA ALEXANDRE CURI: CIRCULAÇÃO DO JORNAL / VARIAÇÃO DE VOTOS.....	66
TABELA 11 – TESTE T PARA MÉDIA DE ASSINANTES DA GAZETA DO POVO / VARIAÇÃO DA VOTAÇÃO DE ALEXANDRE CURI NO PARANÁ (POR MUNICÍPIOS).....	66
TABELA 12 – TESTE DE QUI-QUADRADO PARA NELSON JUSTUS: CIRCULAÇÃO DO JORNAL / VARIAÇÃO DE VOTOS.....	67
TABELA 13 – TESTE T PARA MÉDIA DE ASSINANTES DA GAZETA DO POVO / VARIAÇÃO DA VOTAÇÃO DE NELSON JUSTUS NO PARANÁ (POR MUNICÍPIOS).....	68
TABELA 14 – CORRELAÇÃO ENTRE ASSINANTES DA GAZETA DO POVO E DIFERENÇA DE VOTAÇÃO PARA JUSTUS E CURI (POR MUNICÍPIOS)	69
TABELA 15 – ZONAS ELEITORAIS DE CURITIBA X ASSINANTES DA GAZETA DO POVO.....	70
TABELA 16 – PERDA DE VOTOS DE ALEXANDRE CURI E DE NELSON JUSTUS POR ZONAS ELEITORAIS DE CURITIBA.....	73
TABELA 17 – TESTE T PARA MÉDIA DE ASSINANTES DA GAZETA DO POVO / VARIAÇÃO DA VOTAÇÃO DE NELSON JUSTUS EM CURITIBA (POR ZONAS ELEITORAIS)	74
TABELA 18 – ELEVAÇÃO DOS GASTOS DE CAMPANHA/CUSTO MÉDIO UNITÁRIO DE VOTO DE JUSTUS E CURI EM 2010.....	77

TABELA 19 – ELEVAÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL DE JUSTUS E CURI EM 2010.....	78
TABELA 20 – ELEVAÇÃO DOS GASTOS COM PUBLICIDADE DE JUSTUS E CURI EM 2010.....	79
TABELA 21 – COMPARAÇÃO DOS GASTOS DE CAMPANHA DE JUSTUS E CURI EM 2010 COM A MÉDIA DOS DEPUTADOS ELEITOS.....	81
TABELA 22 – CORRELAÇÃO ENTRE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE LEI E DIFERENÇA DE VOTAÇÃO PARA JUSTUS E CURI.....	83
TABELA 23 – CORRELAÇÃO ENTRE ASSINANTES DA GAZETA DO POVO E APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE LEI DE JUSTUS CURI.....	84
TABELA 24 – MÉDIA DE PROJETOS PARA PRODUÇÃO LEGISLATIVA / VARIAÇÃO DA VOTAÇÃO DE NELSON JUSTUS NO PARANÁ (POR MUNICÍPIOS).....	85
TABELA 25 – CORRELAÇÃO ENTRE ÍNDICE DE ANALFABETISMO E DIFERENÇA DE VOTAÇÃO PARA JUSTUS E CURI (POR MUNICÍPIOS).....	86
TABELA 26 – TESTE T DE PIB PER CAPITA / VARIAÇÃO DA VOTAÇÃO DE ALEXANDRE CURI NO PARANÁ (POR MUNICÍPIOS)	86
TABELA 27 – TESTE T DE PIB PER CAPITA / VARIAÇÃO DA VOTAÇÃO DE NELSON JUSTUS NO PARANÁ (POR MUNICÍPIOS).....	87

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – MANCHETES DA GAZETA DO POVO NO INÍCIO DA SÉRIE E VOLUME DE REFERÊNCIAS A E/OU FOTOS DE NELSON JUSTUS.....	23
QUADRO 2 – COLOCAÇÃO DE JUSTUS E CURI NO RANKING DE GASTOS DE CAMPANHA DOS DEPUTADOS ELEITOS EM 2010.....	82
QUADRO 3 – REPORTAGENS DA SÉRIE “DIÁRIOS SECRETOS” CITADAS NA DISSERTAÇÃO.....	101

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 JORNALISMO POLÍTICO, VISIBILIDADE E EFEITOS DA MÍDIA.....	16
2.1 SENTIDO E VISIBILIDADE NO JORNAL IMPRESSO.....	16
2.2 ESCÂNDALO MUDIÁTICO E O CASO ESTUDADO.....	25
2.3 EFEITOS DA MÍDIA E A HIPÓTESE DO AGENDAMENTO.....	33
3 ELEIÇÕES, DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS E OS CANDIDATOS.....	42
3.1 ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E SUAS CONDICIONANTES.....	42
3.2 CONCEITOS DE GEOGRAFIA ELEITORAL.....	47
3.3 BIOGRAFIAS POLÍTICAS DOS CANDIDATOS.....	51
3.3.1 Alexandre Curi.....	52
3.3.2 Nelson Justus.....	56
4 ANÁLISE COMPARATIVA DAS ELEIÇÕES DE 2006 E 2010.....	61
4.1 DADOS E METODOLOGIA.....	60
4.2 RESULTADOS.....	65
4.2.1 Impacto da série “Diários Secretos”.....	65
4.2.2 Análise dos custos de campanha.....	75
4.2.3 Produção legislativa e índices de renda e analfabetismo.....	83
5 CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXOS.....	101

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação consiste em um estudo comparativo entre os padrões geográficos de votação dos deputados estaduais paranaenses Nelson Justus (DEM) e Alexandre Curi (PMDB)¹ nos pleitos de 2006 e 2010. O trabalho tem por objetivo diagnosticar, a partir das diferenças de bases geoeleitorais entre uma eleição e outra, o impacto da série de reportagens “Diários Secretos”, do jornal Gazeta do Povo, sobre a votação dos candidatos em 2010.

A série de reportagens expôs, a partir de março de 2010, um escândalo de mau uso do dinheiro público na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), estruturado por meio da ocultação de Diários Oficiais contendo atos ilícitos como a contratação de funcionários fantasmas, que ficou conhecido como “Diários Secretos”² e que deu visibilidade negativa aos dois deputados naquele ano. Cerca de 80% das chamadas de capa da Gazeta do Povo que fizeram referência a Nelson Justus durante o escândalo³ tiveram valência negativa, “*o que valida o caráter de denúncia que o jornal estabelece nesta série de reportagens*” (ALVES, 2011, p. 12).

Justus e Curi foram retratados com frequência na série de reportagens porque, na época em que o escândalo começou a ser revelado, março de 2010, ocupavam, respectivamente, a presidência e a primeira secretaria da Alep, os dois cargos políticos mais importantes da Mesa Diretora da Casa e, em consequência, responsáveis, em grande medida, pela administração da entidade. Tais fatos justificam a escolha de ambos para este estudo.

¹ Os nomes completos dos candidatos são Alexandre Maranhão Khury e Nelson Roberto Plácido Silva Justus, mas este trabalho se refere a ambos como Alexandre Curi e Nelson Justus, respectivamente, porque tais são os nomes pelos quais ambos são conhecidos no campo político.

² Até fevereiro de 2014, 12 pessoas (entre elas os ex-diretores da Assembleia Abib Miguel, José Ary Nassiff e Cláudio Marques da Silva) haviam sido condenadas à prisão por crimes como formação de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro. Alexandre Curi e Nelson Justus respondiam a ações civis públicas por improbidade administrativa, que, até a referida data, tramitavam em primeira instância (GARCIA, 2014).

³ Nelson Justus foi citado em 60 de 136 chamadas de capa analisadas, tendo visibilidade negativa em 49 (81,3%) delas. Esteve ainda em duas chamadas (3,3%) com valência neutra e em nove chamadas (15,0%) com valência positiva.

Mesmo a série de reportagens tendo sido publicada em ano eleitoral e criado um ambiente informativo desfavorável aos candidatos, ambos se reelegeram em 2010 com pequena variação no número final de votos em relação a 2006. Houve crescimento de 850 votos (0,48%) na votação conjunta de ambos no pleito mais recente. Essa expansão é resultado da votação de Alexandre Curi, o único que somou mais votos em 2010 na comparação com a eleição anterior, como se vê na tabela abaixo.

TABELA 1: VOTOS DE ALEXANDRE CURI E NELSON JUSTUS EM 2006 E 2010

CANDIDATO	VOTOS EM 2006	VOTOS EM 2010	SALDO
Alexandre Curi	131.988	134.233	2.245
Nelson Justus	44.430	43.035	- 1.395
Soma dos candidatos	176.418	177.268	850

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b)

Diante disso, Alves (2011) analisa a correlação entre as reportagens e a votação dos candidatos e diagnostica o que chama de “*efeito teflon*”; ou seja, a falta de efeitos concretos das denúncias sobre os candidatos, visto que “(...) *a série de denúncias intitulada ‘Diários Secretos’ refletiu timidamente no processo eleitoral dentro dos padrões aqui analisados, pois, os principais personagens envolvidos, os deputados Nelson Justus e Alexandre Curi alcançaram reeleição*” (p. 18).

Nota-se, porém, uma diferença significativa entre os padrões geográficos de distribuição dos votos nos dois pleitos, o que põe em xeque a conclusão apresentada por Alves e indica que é necessária uma investigação mais profunda do possível impacto do jornal nas votações dos candidatos.

Houve, por parte de ambos, migração de votos de Curitiba para o interior do Paraná entre 2006 e 2010, com ampliação do número de municípios onde ambos

receberam votos: 14 a mais para Curi (chegando a 319) e 19 a mais para Justus (chegando a 230). A capital deixou de ser o principal colégio eleitoral da dupla: em 2010, Curi perdeu em Curitiba cerca de 70% votos que fizera em 2006, enquanto Justus teve queda de 43%, na mesma base de comparação.

TABELA 2: VOTAÇÃO DETALHADA DE ALEXANDRE CURI E NELSON JUSTUS EM 2006 E 2010

CANDIDATO		SALDO TOTAL	SALDO EM CURITIBA	CIDADES ONDE FOI VOTADO
Alexandre Curi	N	+ 2.245	- 7.479	+ 14
	%	+ 1,7%	- 70,2%	+ 4,59%
Nelson Justus	N	- 1.395	- 1.824	+ 19
	%	- 3,1%	- 43,3%	+ 9,00%

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b)

É especialmente importante para este estudo a queda acentuada de votos de ambos os candidatos em Curitiba, pois é nesta cidade que a Gazeta do Povo, responsável pela campanha jornalística “Diários Secretos”, concentrava, em outubro de 2010, 75% de seus assinantes, o que correspondia, na época, a 38 mil leitores.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é medir, a partir da investigação das mudanças nos padrões geográficos de votação de Alexandre Curi e Nelson Justus entre 2006 e 2010 (variável dependente), o possível impacto do noticiário negativo da Gazeta do Povo durante o escândalo dos “Diários Secretos” (variável independente de maior interesse) durante o último pleito. Busca-se resposta à seguinte pergunta: como a série de reportagens “Diários Secretos” impactou o desempenho eleitoral de Nelson Justus e Alexandre Curi em 2010, ante 2006? Aprofundando a questão, chega-se a este questionamento: a constatação da reeleição de ambos é suficiente para afirmar a ausência de efeitos da campanha jornalística realizada pelo jornal?

A principal hipótese deste estudo indica que, ao contrário da conclusão de Alves (2011), a cobertura da Gazeta do Povo, na série de reportagem “Diários Secretos”, impactou a votação de Nelson Justus e Alexandre Curi, de forma que o desempenho eleitoral de ambos em 2010 foi afetado mais fortemente nas áreas onde a circulação do jornal, que apresentou denúncias, é mais forte. Isso se dá a partir da lógica de que os eleitores dessas regiões foram mais expostos às notícias publicadas pelo jornal e, portanto, mais influenciados por elas durante as eleições. A hipótese é sustentada pela teoria do agendamento (*agenda setting*).

O método proposto para se analisar a questão aqui exposta é um estudo comparativo, feito em duas etapas, para investigar as diferenças entre os padrões de distribuição espacial dos votos nos pleitos de 2006 (antes do escândalo) e 2010 (depois do escândalo), com um cruzamento entre as estatísticas de distribuição de votos dos candidatos e a penetração geográfica do jornal Gazeta do Povo. Na primeira etapa, a unidade de análise são os municípios do Paraná onde os candidatos receberam votos em 2006 e/ou 2010, de forma a testar a hipótese de migração de votos para as cidades em que o jornal tem circulação reduzida ou nula. Na segunda etapa, são consideradas as dez zonas eleitorais de Curitiba, também classificadas de acordo com o número de assinantes do jornal, buscando identificar diferenças resultantes da maior ou menor presença do jornal, também parametrizada pelo número de assinantes.

A pesquisa empírica utiliza mais três variáveis independentes, que serão usadas como variáveis de controle para analisar o desempenho eleitoral dos candidatos. As três variáveis em questão são:

(i) a produção legislativa de Justus e Curi, importante elemento de conexão eleitoral em disputas legislativas (CERVI, 2009);

(ii) os custos de campanha declarados pelos candidatos, dada a importância que os recursos financeiros têm nas campanhas eleitorais (LEMOS ET AL, 2010);

(iii) indicadores de PIB *per capita* e taxa de analfabetismo dos municípios paranaenses, que podem ser tomados como indicadores de maior ou menor acesso dos eleitores aos meios de comunicação (MUNDIM, 2010).

Ressalta-se que o trabalho não pretende explicar a votação dos candidatos em 2010 a partir do jornal, mas aferir uma possível relação entre a série de reportagens e o

padrão de votação dos candidatos, bem como os demais fatores incluídos na pesquisa empírica. A base de comparação é sempre entre os pleitos de 2006 e 2010.

Este estudo filia-se à Comunicação Política⁴ e se mostra importante na medida em que está construído a partir de uma lacuna do campo, que é a pesquisa dedicada a verificar o impacto da cobertura midiática no desempenho eleitoral de candidatos. A Comunicação Política cresce no Brasil com mais vigor a partir da redemocratização do País, no final dos anos 1980, mas é escassa em estudos sobre efeito da mídia nos processos eleitorais (MUNDIM, 2010). Isso acontece porque a tradição desenvolvida nos estudos de Ciência Política concentrou-se na análise de elementos como ideologia, identidades partidárias e popularidade presidencial; ao passo que os trabalhos de Comunicação tiveram como foco análises de discurso da cobertura da imprensa ou da comunicação política de campanha eleitoral (idem, p.16). É, portanto, neste espaço carente do campo que a dissertação se insere.

Este estudo é composto por quatro capítulos, além desta introdução. O primeiro contém a fundamentação teórica dos temas que envolvem a produção jornalística, como visibilidade, escândalo midiático e efeitos da mídia, que são debates circunscritos ao objeto do estudo e à variável independente de maior interesse: o possível impacto do noticiário negativo da série “Diários Secretos” nas eleições de 2010. O capítulo seguinte traz discussões relativas às eleições, como geografia eleitoral e eleições legislativas, temas ligados ao objeto de estudo, à variável dependente (as mudanças no padrão geográfico de votação de Justus e Curi entre 2006 e 2010) e às variáveis independentes (a produção legislativa de Justus e Curi, os custos de campanha dos candidatos, e PIB *per capita*/taxa de analfabetismo dos municípios paranaenses). A metodologia empregada na pesquisa empírica e os principais achados do trabalho de campo estão no capítulo seguinte, onde as hipóteses são testadas e a pergunta central do trabalho, respondida. A conclusão forma o último capítulo, no qual os principais resultados são retomados e sucintamente analisados à luz do referencial teórico. As referências utilizadas e os anexos encerram o trabalho.

⁴ A Comunicação Política é entendida como um campo interdisciplinar entre a Comunicação e as Ciências Sociais e Política que surge no Brasil, em formato contemporâneo, a partir da década de 1970 (RUBIM; AZEVEDO, 1998).

2 JORNALISMO POLÍTICO, VISIBILIDADE E EFEITOS DA MÍDIA

Este capítulo discute a construção de visibilidade nos discursos jornalísticos, em especial nos escândalos midiáticos, de modo a compreender o trabalho do jornal Gazeta do Povo durante a série de reportagens “Diários Secretos”, a principal variável independente do estudo e parte do objeto da pesquisa.

Inicialmente, discute-se a construção de sentido e de visibilidade nas narrativas midiáticas, com destaque para o escândalo midiático, como o que atingiu Alexandre Curi e Nelson Justus durante as reportagens do jornal. O capítulo seguinte traz o debate sobre os efeitos da mídia, com ênfase na hipótese de agendamento. Por fim, é apresentada, em detalhes, a série de reportagens “Diários Secretos”, com ênfase na visibilidade negativa que rendeu aos dois candidatos.

2.1 SENTIDO E VISIBILIDADE NO JORNAL IMPRESSO

Entender de que forma o campo jornalístico dá sentido a seus discursos e a partir deles gera visibilidade é uma tarefa fundamental para esta dissertação, que, afinal, parte de uma cobertura noticiosa para compreender os dados eleitorais apresentados.

O primeiro paradigma que precisa ser estabelecido para a discussão é o que define as notícias como construção narrativa, em vez de um espelho fiel dos acontecimentos e da realidade. Esta última é a noção mais antiga presente no campo, datada dos anos 1950, “*em uma época de positivismo reinante*” e “*sustentada pela ideologia profissional dos jornalistas*” (TRAQUINA, 2005, p. 74). A recusa a tal ideia não significa assumir que as notícias são produto de ficção; mas pressupõe que o trabalho jornalístico é fruto de construções que, em última instância, produzem os discursos noticiosos.

Essa visão está ancorada na Teoria Construcionista, uma das correntes teóricas presentes no campo da Comunicação com o propósito de discutir a gênese e a

natureza das notícias. Em síntese, essa linha estabelece que há dois fatores primordiais condicionando a produção jornalística: as restrições dos aspectos organizativos da rotina do jornalista e da estrutura das empresas, como limitações de tempo, espaço e recursos; e as interações entre o jornalista e suas fontes, e entre os próprios jornalistas.

Assim, este tópico se vale da ideia de construtivismo da realidade, sob o argumento de que série “Diários Secretos” é resultado de um discurso construído pelo jornal, a partir das restrições que o condicionaram e sem necessariamente reproduzir com fidedignidade a realidade tal qual ela é ou foi.

O ponto de partida para a construção de uma narrativa jornalística é a noticiabilidade, tida como o conjunto de elementos que explicam a escolha de se noticiar certos acontecimentos em detrimento de outros. Numa palavra, trata-se de um *“conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias”* (WOLF, 2003, p. 196).

Um desses instrumentos são os valores-notícias (*news values*, na expressão original), um conjunto de parâmetros utilizados para responder de maneira rápida, diante dos limites de tempo presentes no ofício do jornalista, à pergunta fundamental na seleção de notícias: *“Quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícias?”* (idem p. 202). Compõe os valores/notícias uma série de variáveis ligadas aos fatos noticiados, diferenciando-os uns dos outros, como nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; e quantidade de pessoas que o acontecimento envolve, de fato ou potencialmente (ibidem, pp. 200-201).

No caso analisado, o escândalo dos “Diários Secretos”, os valores-notícias que o sustentam estão bastante evidentes, a começar pelo “nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável”: dois deputados estaduais – representantes da elite política, portanto. Como se trata de uma denúncia de mau uso de dinheiro público, o episódio se reveste do valor-notícia “impacto sobre o interesse nacional”.

Considerando, ainda, que o caso tem como protagonistas parlamentares eleitos pelo voto popular, o fato atrai e envolve, potencialmente, milhares de indivíduos. Assim, os acontecimentos que embasam a série mostram-se carregados de noticiabilidade e, portanto, propensos a ter bastante destaque nas edições do jornal, conforme a rotina padrão dos jornalistas profissionais.

Outro fator presente na construção da notícia é a estruturação narrativa que reveste o discurso jornalístico, que pressupõe o entendimento de que "*a escolha da narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre*" (TRAQUINA, 2005, p. 174).

Na perspectiva do paradigma construtivista, embora sendo índice do "real", as notícias registram as formas literárias e narrativas para *enquadrar* o acontecimento. A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta às perguntas aparentemente simples: quem? o que? onde? quando?, a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo *enquadramento* escolhido – são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade (idem, grifos meus).

Como os termos grifados indicam, a estruturação narrativa de uma notícia é um processo ligado à ideia de enquadramento (*framing*, na expressão original), que, partindo da construção sentido, leva a gênese do discurso jornalístico a um segundo estágio: a geração de visibilidade por meio dos fatos noticiados.

Antes de entender como isso se aplica ao caso estudado, cabe fazer uma breve conceituação da ideia de enquadramento, a partir da definição de Entman apud Porto (2004).

Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (p. 81) (tradução do autor).

Iyengar (1987) encontra evidências empíricas de que as chaves de interpretação fornecidas no enquadramento são altamente capazes de influenciar a compreensão que o público tem dos fatos noticiados. Ele exibiu, a conjuntos de selecionados de telespectadores, reportagens sobre pobreza, desemprego e terrorismo, com diferentes explicações para cada um desses problemas. Ao final do estudo, verificou que, nos casos de pobreza e terrorismo, as interpretações do público guardavam forte relação

com a maneira como os temas foram abordados na reportagem a que cada grupo assistiu. Como se verá com mais detalhes ao longo deste capítulo, o enquadramento aplicado pela Gazeta do Povo no caso da série de reportagens “Diários Secretos” deu caráter de denúncia aos fatos, tornando-os negativos e lançando responsabilização sobre os envolvidos no caso – entre eles, os deputados Nelson Justus e Alexandre Curi.

Um elemento importante no estudo de Iyengar e que representa uma dificuldade para o nosso caso é o fator tempo: enquanto ele aplicou questionários ao público imediatamente após a exibição das reportagens, a série “Diários Secretos” começou a ser publicada cerca de sete meses antes das eleições, com o volume de reportagens diminuindo ao longo do tempo, o que pode diluir o impacto potencial do enquadramento aplicado e da própria série na decisão do eleitor.

Aferido o potencial de influência do enquadramento, cabe se aprofundar no entendimento do conceito. É possível, a partir de Porto (2004), categorizar o enquadramento em dois grupos: noticiosos e interpretativos (pp. 91-92). Os primeiros se localizam no discurso do jornalista e são formados a partir do “*ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros*”, também podendo ser definidos como “*padrões de apresentação, seleção e ênfase*” do texto (idem, p. 91).

Constitui bom exemplo desse tipo de enquadramento a primeira reportagem da série “Diários Secretos”, publicada em 16 de março de 2010, com o título “*Assembleia encobre metade de seus atos em diários suspeito*”⁵. Vale-se de termos como “*encobre*” e “*suspeitos*” para imprimir tom de denúncia à reportagem. O texto da chamada de capa (abaixo do título) afirma que a transparência de atos oficiais “*é item básico de transparência do poder público*”, colocando ênfase no caráter elementar da regra que o Legislativo estava descumprindo (grifo meu).

Já os enquadramentos de tipo interpretativos estão situados nos discursos das fontes consultadas pelos jornalistas e são “*padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de*

⁵ Os nomes do(s) autor(es) das reportagens da Gazeta do Povo citadas na dissertação constam no “QUADRO 3: REPORTAGENS DA SÉRIE “DIÁRIOS SECRETOS” CITADAS NA DISSERTAÇÃO”, na seção de Anexos.

problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc” (ibidem, p. 92), importantes para a definição do tipo de visibilidade – positiva, neutra ou negativa – que o fato noticiado vai imputar aos indivíduos nele envolvidos.

Exemplos de enquadramento do tipo interpretativo também estão presentes na série “Diários Secretos”. Ribeiro (2013) identifica, ao analisar 56 dias de publicação de reportagens, 66 inserções de fontes externas para comentar o caso. A fonte mais consultada foi o então presidente da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), José Lúcio Glomb, com oito inserções. Na reportagem inaugural da série, os repórteres consultam como fontes um professor universitário de Direito (José Vicente Santos de Mendonça) e o autor de um manual de Direito Administrativo (José dos Santos Carvalho Filho), que, respectivamente, afirmam que a publicação de diários oficiais sigilosos é “*um absurdo*” e que essa prática “*não é um modelo aceitável*”. São, como se vê, avaliações explícitas e contundentes de reprovação dos fatos relatados.

O enquadramento do tipo interpretativo tem bastante proximidade com outra ideia/categoria analítica presente na construção do discurso noticioso, o *priming*, de elaboração mais recente e, em razão disso, menos explorado pela literatura da área. Em síntese, a noção de *priming* “*consiste nas atribuições de responsabilidades políticas sobre o caso noticiado*” (ALDÉ E VEIGA, 2004, p. 503).

Exemplo de aplicação do *priming* é encontrado no dia seguinte à publicação da primeira reportagem da série. Em 17 de março de 2010, o jornal apresenta uma entrevista com Nelson Justus na qual são feitas perguntas sobre o escândalo. A chamada de capa, com foto, traz o deputado declarando a seguinte frase: “*Nós vamos apurar tudo*”. A realização da entrevista e a maneira como ela é anunciada no jornal deixam clara a cobrança de solução para com o deputado, então presidente da Assembleia. Outro exemplo, agora também incluindo Alexandre Curi, é visto na primeira reportagem de domingo do jornal sobre o caso, publicada em 21 de março. “*Sem respostas*”, diz o título da chamada. O primeiro parágrafo da reportagem assim afirma: “*A Assembleia Legislativa do Paraná omitiu 2.178 atos de janeiro de 2006 até 31 de março de 2009 (...) Os números revelam uma deliberada omissão de decisões por parte*

da Mesa Executiva". Essa postura de crítica e de cobrança direta aos deputados que dirigem a Assembleia viria a se repetir com frequência ao longo da série.

Um último elemento que merece ser analisado nesta discussão de gênese noticiosa é a hierarquização das notícias no jornal impresso, também importante para a construção de visibilidade.

A presença de determinada notícia em um periódico tem força e significado distintos conforme o espaço que ocupa, pois o jornal é, em si, uma estrutura hierarquizante, formada pelo que Bezerra (2005) chama de diversos "*lugares narrativos*". Tal conceito entende "*a página do jornal como uma superfície fragmentada e ao mesmo tempo evocativa de uma totalidade: um lugar de autoridade discursiva*" (p. 47). A autora trabalha com cinco lugares narrativos principais, entre eles a primeira página (ou capa) e a manchete, que nos interessam de maneira especial.

A capa, na conceituação de Bezerra, constitui-se de "*um dos lugares narrativos em que as marcas da editoria e da editoração do jornal são mais fortes. É por excelência, um lugar de sedução*" (2005, p. 51). Ela funciona, ao mesmo tempo, como uma vitrine e uma espécie de mapa, indicando ao leitor "os produtos" disponíveis no jornal e o caminho para se chegar a eles. É, também, a página de maior visibilidade do periódico, a que fica exposta em bancas de revistas e a que referencia a montagem dos sites dos jornais – atingindo, portanto, um público que não necessariamente lerá o produto impresso.

Nosso interesse na capa decorre do já mencionado fato de que precisamente metade das reportagens da série "Diários Secretos" foi apresentada em chamadas de capa (ALVES, 2011). Além disso, 55% das entradas analisadas⁶ encontravam-se na primeira dobra do jornal, que é a metade superior da primeira página, mais visível e exposta que a fração inferior. Esse fato que reforça o destaque dado pelo jornal à série (idem). Nelson Justus é citado em 44,1% das chamadas de capa e Alexandre Curi, em 16,9%.

Já a manchete é classificada por Bezerra como a "*chave mestra que abre a página do jornal*" (idem p. 52) e que tem a função de indicar qual é o tema mais

⁶ Alves (2011) analisou 136 entradas, distribuídas em 209 edições do jornal, entre março e outubro de 2010.

relevante da edição. Com isso, reforça a hierarquia do jornal, diante do tamanho que tem e do espaço nobre que ocupa, diferenciando-se em grau de importância das demais matérias distribuídas na primeira página (ibidem).

A série trouxe exatamente um terço do total de matérias do escândalo como manchete do jornal – conforme já dito, em cerca de 80% dos casos, com viés negativo (ALVES, 2011). Nelson Justus figura em cerca de 20% das manchetes e Alexandre Curi, em 8%, como se vê em detalhes na tabela a seguir.

TABELA 3: CITAÇÕES A ALEXANDRE CURTI E NELSON JUSTUS NA CAPA DA GAZETA DO POVO*

CANDIDATO		CHAMADAS DE CAPA	MANCHETES
Alexandre Curi	N	23	11
	%	16,9%	8,0%
Nelson Justus	N	60	27
	%	44,1%	19,8%

(Fonte: ALVES, 2011)

* *Entre março e outubro de 2010*

É relevante notar que a, a partir do momento em que passou a ser publicada, a série ocupou a manchete do jornal por dez dias seguidos, algo raro no jornalismo atual, em que grande rotatividade de temas de destaque. Todas as manchetes eram identificadas por um cabeçalho, que caracterizava a série. O quadro a seguir mostra, em detalhes, que os “Diários Secretos” foram manchete do jornal ininterruptamente entre 16/03/2014 e 26/03/2010. A sequência foi quebrada no dia 27/03/2010, quando a manchete se referia a um balanço de um programa habitacional do governo federal: “*Minha Casa, Minha Vida fica longe da meta no PR*”. Nesse período, Alexandre Curi não teve o nome citado nem fotos publicadas na capa do jornal. Já Nelson Justus foi citado em seis manchetes (a maioria, portanto) e teve quatro fotos publicadas.

QUADRO 1: MANCHETES DA GAZETA DO POVO NO INÍCIO DA SÉRIE E VOLUME DE REFERÊNCIAS A E/OU FOTOS DE NELSON JUSTUS

DIA	MANCHETE	REF A N.J.	FOTO DE N.J.
16/03/2010	Assembleia encobre metade de seus atos em diários suspeitos		
17/03/2010	Dinheiro público mantém rede privada do diretor-geral da AL	X	X
18/03/2010	Supersalários custam R\$ 59 milhões à AL	X	X
19/03/2010	Diretor-geral da AL pede afastamento	X	
20/03/2010	Número de funcionários na AL extrapola em até 9 vezes o regulamento	X	X
21/03/2010	Dois mil atos secretos na Assembleia		
22/03/2010	Em três anos, Assembleia efetuou 1.846 contratações		
23/03/2010	AL manterá diários às escuras por mais 60 dias	X	
24/03/2010	Abib silencia ao depor no Ministério Público		
25/03/2010	PF vai investigar a suspeita de crime fiscal na Assembleia	X	

FONTE: GAZETA DO POVO

Outro aspecto relevante da cobertura é que, mesmo quando deixou de ser manchete, a série esteve presente na capa do jornal com chamadas de outros gêneros. A partir o início da publicação das reportagens, os “Diários Secretos” estiverem na capa da Gazeta do Povo por 27 dias consecutivos, entre 16/03/2010 e 11/04/2010. Nesse período, o caso foi manchete em 17 oportunidades e chamada de capa em outras 10.

Esse conjunto de dados e de extratos das chamadas de capa e reportagens revela como não apenas as notícias da série “Diários Secretos” estiverem em evidência

nas capas e manchetes da Gazeta do Povo, ocupando amiúde o topo da hierarquia do veículo; mas também como os deputados – principalmente Nelson Justus – tiveram seus nomes ligados ao fato, com responsabilização e cobranças, o que gerou bastante visibilidade negativa aos parlamentares.

Com vistas a aprofundar o entendimento sobre esse processo danoso à imagem de ambos, este tópico será encerrado com uma breve discussão sobre visibilidade.

A sociologia de Bourdieu (1989) oferece um conjunto de conceitos interessantes e úteis para analisar a importância da imagem pública para políticos profissionais, como se faz aqui. Dois conceitos do autor são mobilizados para esta discussão: “*poder simbólico*” e “*capital político*”.

O primeiro, que é encontrado nos discursos midiáticos, embora não de maneira exclusiva, é definido como “*um poder de construção da realidade que tende a estabelecer (...) o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)*” (1989, p. 9). O estabelecimento de tal sentido “*supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre duas inteligências’*”. (idem, grifos do autor). Note-se como o conceito se alinha com a ideia já apresentada de construtivismo, baliza para a compreensão dos discursos jornalísticos.

Já o “*capital político*”, que é o que mais nos interessa, é uma espécie de desdobramento do primeiro conceito, sendo a forma de expressão do poder simbólico no interior do campo político. Ele pode ser entendido o “*crédito firmando na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem*” (idem, pp. 167-168, grifos do autor).

Nesses termos, a Gazeta do Povo pode ser tomada como um “*agente*” que tem em suas coberturas noticiosas realiza “*operações de crédito*” para conferir visibilidade aos indivíduos que retrata. A mídia concentra, nas palavras de Bourdieu, o “*poder de fazer ou desfazer reputações*”, visto que o jornalista é “*detentor de um poder sobre os instrumentos de grande difusão que lhe dá um poder sobre toda a espécie de capital simbólico*” (ibidem, p. 189).

Para a elite política, portanto, a necessidade de ostentar capital político para obter legitimidade entre os eleitores tem nos veículos midiáticos uma importante instância, o que os torna “*especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança (...)*” (p. 188-189).

Tratando do nosso objeto de estudo, pode-se afirmar, com base na visibilidade negativa imputada pela série “Diários Secretos” aos deputados, que as reportagens provocaram abalo nos capitais políticos de Nelson Justus e Alexandre Curi no período pré-eleitoral de 2010, gerando, em teoria, cisão do pacto de crença e confiança mantido entre os parlamentares e os eleitores informados a respeito da série – donde a hipótese sustentada por este trabalho.

2.2 ESCÂNDALO MIDIÁTICO E O CASO ESTUDADO

Este tópico apresenta, em detalhes, a série “Diários Secretos”, da Gazeta do Povo, que forma parte do objeto do estudo. A descrição é intercalada com a caracterização da ideia de escândalo midiático, categoria na qual a série se encaixa, a partir da Teoria Social do Escândalo de Thompson (2002). As reportagens também são se enquadram em um termo que chamaremos de “jornalismo de campanha”, visto que se afastam dos preceitos tradicionais do jornalismo comercial brasileiro, como imparcialidade e neutralidade, para adotar um posicionamento claro, valer-se de recursos interpretativos e defender interesses próprios e específicos – no caso, o afastamento dos deputados envolvidos no caso da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.

Thompson define escândalo, categoria em que classificamos a série, como “*as ações ou acontecimentos que implicam, entre outras coisas, a transgressão de certo valores, normas e códigos morais*” (p. 91).

Ele aponta duas categorias de escândalos: circunscritos e midiáticos, sendo este último o de nosso interesse. O escândalo midiático se caracteriza por, ao contrário do outro, que ocorre em esfera pessoal, receber publicidade e adquirir notoriedade pública capaz de levá-lo ao conhecimento de terceiros, que não testemunharam o fato e que se

situam nos mais diversos contextos (p. 92). Em razão disso, o escândalo midiático tem potencial para gerar comoção e indignação diante da surpresa e do incômodo causados pela revelação de fatos incompatíveis com a posição social e a imagem projetada pelos indivíduos envolvidos em episódios do gênero (p. 96). Tal característica reforça a capacidade de a mídia gerar visibilidade negativa em coberturas dessa natureza.

As denúncias contidas na série “Diários Secretos” correspondem fielmente à definição, visto que as acusações de corrupção contra os agentes públicos da Assembleia Legislativa do Paraná, que tiveram repercussão inclusive na mídia nacional, revelam ações que contrariam, por exemplo, os princípios norteadores do serviço público, como moralidade e idoneidade (PARANÁ, 1970). Atingem, ainda, o *capital político* dos parlamentares, quebrando o pacto de crença e reconhecimento que sustenta a relação destes com os eleitores (BOURDIEU, 1989).

O próprio jornal utiliza o termo “escândalo” para se referir à série. Chamada de capa publicada em 29 de março, logo após o início da divulgação das reportagens, contém o seguinte título: “*Sociedade quer punição para o escândalo da Assembleia*”. O texto da chamada afirma que a série de reportagens “*trouxe à tona fatos de extrema gravidade que precisam ser apurados*”.

É interessante notar como o jornal, por meio de análises de fontes externas, projeta a perda de capital político dos deputados envolvidos no caso e, ao mesmo tempo, valoriza a própria série. Em reportagem publicada em 13 de junho – cerca de três meses após o início da série e quatro meses antes das eleições, a Gazeta do Povo assim afirma: “*O efeito das denúncias na eleição de outubro é dado como certo. Mesmo quem acredita que os deputados envolvidos nos escândalos vão se reeleger diz que eles perderão votos e poder político*”.

O grande destaque dado pela Gazeta do Povo à série “Diários Secretos” encontra explicação na teoria de Thompson (2002), que aponta quatro fatores principais para que os veículos de comunicação busquem e valorizem os escândalos: benefícios econômicos, objetivos políticos, a própria imagem profissional e as rivalidades de competência entre os profissionais (p. 108). Todos eles se articulam no episódio estudado, como será demonstrado a seguir.

A divulgação de um escândalo, sobretudo quando ocorre de maneira exclusiva, como foi o caso, atrai atenção e gera prestígio para o veículo de comunicação, pois a investigação corresponde a um dos princípios que a ética da categoria preconiza como uma boa prática jornalística (p. 112). A conquista desse destaque é importante porque, não custa lembrar, as organizações midiáticas funcionam sob a forma de empresas comerciais, com imperativos econômicos que exigem diferenciação da concorrência e a consequente atração de publicidade, principal meio de financiamento desse ramo comercial.

A série “Diários Secretos” rendeu bastante prestígio à Gazeta do Povo, vencendo quatro prêmios jornalísticos de destacada importância⁷. Em razão desse reconhecimento advindo da publicação da série, o jornal convencionou se autorreferenciar. Ribeiro (2013) identifica 112 menções aos nomes “Gazeta do Povo” e “RPCTV” na análise de 200 reportagens da série. “*A maioria das aparições denotava a autoria das acusações e a magnitude do trabalho desenvolvido pelos veículos jornalísticos*”, buscando “*(...) transferir credibilidade às acusações e, em determinadas publicações, autopromoção dos veículos*” (p. 35).

Somado a esse discurso institucional, está um discurso de cobrança das autoridades, revelando um objetivo político – o afastamento de Nelson Justus, Alexandre Curi e demais membros da Mesa Diretora da Assembleia⁸ –, o que corresponde a outro dos fatores listados por Thompson.

A cobrança foi apoiada pela seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), que, “*em resposta às denúncias de irregularidades e desvio de recursos públicos na Assembleia Legislativa*” (MILHARES, 2010, p. 10), lançou o movimento “O Paraná Que Queremos”, espécie de braço político resultante da série de reportagens.

⁷ Os dois prêmios mais importantes foram o Global Shining Light Award, em 2011; e o Grande Prêmio Esso de Jornalismo, o principal do gênero no Brasil, em 2010. Em relação a este último, tratou-se de um feito inédito para a imprensa paranaense e que, desde a criação do prêmio, em 1958, apenas uma vez fora alcançado por um veículo não pertencente a Brasília e aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (GUIMARÃES FILHO, 2010).

⁸ A Mesa Diretora é um colegiado formado por nove deputados que tem a missão de dirigir a Casa e de comandar as sessões legislativas. É formada pelo presidente da Assembleia, pelos três vice-presidentes e pelos cinco secretários.

O movimento, apoiado institucionalmente pela Gazeta do Povo (RIBEIRO, 2013) e por diversas entidades de classe, defendia, em síntese, três bandeiras: a já mencionada destituição da Mesa Diretora da Assembleia, “*como condição para garantir a transparência das investigações*” (idem); “*a contratação pública imediata de uma entidade de renome nacional para realizar o levantamento da gestão administrativa da Assembleia (custos operacionais, patrimonial e pessoal)*” (ibidem); e a aprovação, pela própria Assembleia, do projeto que instituía a Lei da Transparência, elaborado pela OAB-PR e pela Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe).

Prova do engajamento do jornal no movimento é o fato de que as principais fontes externas consultadas para a análise do caso foram o então presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb; e o então presidente da Associação dos Juizes Federais do Paraná (Apajufe), Anderson Furlan (RIBEIRO, 2013).

O movimento “O Paraná Que Queremos” promoveu uma grande manifestação pública em 8 de junho de 2010, em 16 municípios do Paraná, inclusive Curitiba, onde os organizadores estimaram a presença de 30 mil pessoas (idem, p. 11). Os manifestantes apoiaram os objetivos do movimento, em especial a renúncia da Mesa Diretora, da qual Nelson Justus e Alexandre Curi faziam parte (ibidem).

Assim, a série “Diários Secretos”, a partir do reconhecimento que obteve, do autorreferenciamento que promoveu e dos objetivos políticos que articulou e defendeu, acabou por praticar o que, em um neologismo, chamaremos de “jornalismo de campanha”; ou seja: uma cobertura noticiosa que se afastou dos princípios de imparcialidade e neutralidade, que formam o modelo vigente no jornalismo comercial brasileiro (BUCCI, 2000), para o uso extensivo de recursos interpretativos e valorativos nos textos com vistas à defesa pública e insistente de determinados posicionamentos. No caso do escândalo na Assembleia, pedia-se, especialmente em editoriais⁹, o afastamento da Mesa Diretora e o cumprimento das demais demandas do movimento “O Paraná Que Queremos”, sendo este mesmo fruto de um esforço institucional da direção do jornal.

⁹ Contundente neste sentido é o editorial de 9 de março de 2010, três dias a publicação da primeira denúncia contra Nelson Justus, acusado de manter uma rede de influências que se relacionava com as contratações ilegais da Assembleia. “*É urgente o afastamento do presidente da Assembleia Legislativa, Nelson Justus (DEM), para que se possa obter êxito na apuração das denúncias que rondam o Legislativo paranaense*”, diz o texto.

Feita a conceituação dos “Diários Secretos” como um escândalo midiático, cabe apresentar uma síntese de como a série de reportagens foi realizada. As reportagens foram publicadas a partir de 16 de março de 2010¹⁰, uma terça-feira, e se estenderam com elevada periodicidade por alguns meses – é difícil estabelecer um fim preciso para a série, pois novas reportagens eram publicadas à medida que novos fatos surgiam, e os desdobramentos do caso se estendem até os dias atuais. Alves (2011), cuja análise valorativa das reportagens já apresentamos, considerou em seu estudo o período entre 16 de março de 2010, data de publicação da primeira reportagem¹¹; e 10 de outubro de 2010, momento pós-eleitoral. Tal recorte também é adotado por este estudo, dado que tem como objetivo medir os possíveis impactos eleitorais da série.

Conforme texto de apresentação da série, publicado junto da primeira reportagem, “os arquivos foram obtidos por meio de uma fonte da Assembleia, após a direção da Casa ter negado, por várias vezes, o acesso dos jornalistas aos documentos”. As principais reportagens da série também foram veiculadas pela RPCTV, emissora afiliada da Rede Globo no Paraná e do mesmo grupo empresarial da Gazeta do Povo.

Em síntese, as reportagens mostraram que, por meio da ocultação da divulgação de centenas de diários oficiais (documentos que relatam os atos administrativos da Casa, como contratações e exonerações de servidores), a Assembleia contratava funcionários fantasmas ou “laranjas”, cujos salários eram desviados, em um grande esquema de lavagem de dinheiro. Tais diários oficiais eram lançados avulsamente, fora da ordem regular, e, por isso, não chegavam ao conhecimento do público.

Ribeiro (2013) apura que a estratégia do jornal foi apresentar acusações em duas etapas: primeiro denunciando a participação no esquema de indivíduos ligados à direção administrativa da Assembleia; em seguida, vieram as acusações nos deputados responsáveis pela gestão da Casa. Assim, a primeira denúncia contra o então diretor-geral da Assembleia, Abib Miguel, o Bibinho, surge no segundo dia da série, 17 de

¹⁰ É possível ler todas reportagens da série no seguinte endereço eletrônico: www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/diariossecretos.

¹¹ As investigações jornalísticas que precederam a publicação da primeira reportagem duraram cerca de dois anos, período no qual os quatro jornalistas que assinam a série (Karlos Kohlbach, Katia Brembatti, James Alberti e Gabriel Tabatcheik) consultaram em torno de 724 diários oficiais da Assembleia Legislativa do Paraná, publicados entre 1998 e 31 de março de 2009. Assim, os documentos revelam fatos ocorridos em um período de dez anos.

março, com a informação de que ele participava das contratações irregulares. Já a primeira denúncia contra um deputado é publicada três semanas mais tarde, em 6 de abril, quando Nelson Justus é acusado de manter uma rede de influências que se relacionava com as contratações ilícitas (idem).

O destaque negativo dado a Nelson Justus cresce à medida que a série de reportagens se desenvolve. A primeira citação feita ao deputado, já mencionada aqui, ocorreu no dia seguinte à inauguração da série, quando ele aparece em chamada de capa afirmando que todas as denúncias seriam apuradas. Em 20/03/2010, quinto dia da série, é publicada uma nova entrevista com o deputado. Desta vez, o tom de cobrança é mais forte: “*Justus com poucas respostas*” é o título da chamada, que afirma o seguinte em seu texto: “*Em entrevista à Gazeta do Povo e à RPC TV, o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Nelson Justus, admitiu que não tem respostas para as denúncias mostradas esta semana (...)*”. A entrevista propriamente dita deixa clara a responsabilização atribuída ao deputado, diante da seguinte pergunta, que encerra o diálogo entre o parlamentar e o jornalista: “*Pela sua experiência política, parte dessa responsabilidade sobre possíveis irregularidades podem recair sobre o senhor. O senhor está pronto a assumir isso?*” A resposta de Justus revela que ele próprio reconhece ser responsável por parte das irregularidades descobertas: “*Eu tenho conhecimento, a partir do momento em que assumi a presidência da Casa, que assumi o ônus e o bônus*”.

O tratamento dispensado a Nelson Justus entra em nova fase a partir de 6 abril, quando se inicia a fase, identificada por Ribeiro (2013) em que as denúncias passam a atingir os deputados. Justus, especificamente, é alvo de duas denúncias, publicadas nos dias 6 e 7 de abril, ambas como manchete. A primeira, “*Operação da PF e diários expõem rede política de Justus*”, mostra que dirigentes partidários ligados ao deputado em Guaratuba tinham cargos no Legislativo. A outra, “*Nelson Justus é sócio de filha de Abib em rádio*”, informa que o parlamentar mantinha uma rádio em sociedade com o ex-diretor-geral da Assembleia e com seu próprio chefe de gabinete, que teve 20 parentes empregados na Alep.

A partir de então, a visibilidade de Nelson Justus na série de reportagens chega ao nível mais negativo, com o início de uma campanha do jornal para que o deputado

renuncie ao cargo de presidente da Assembleia. Em 8 de abril, chamada de capa mostra uma cobrança da sociedade civil e de alguns partidos pela renúncia: “*OAB, PPS e PV defendem afastamento de Justus*”. No dia seguinte, o jornal publica em editorial em que defende a saída de Justus. O texto da chamada de capa para o editorial assim afirma: “*É urgente o afastamento do presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Nelson Justus (DEM). É claro o impedimento e a suspeição dele para conduzir o processo investigatório na Casa*”. A campanha se estendeu por um longo período, mas acabou frustrada. Mesmo pressionado, Nelson Justus se manteve na presidência da Assembleia. Logo após o início da série, foi aberto, na Assembleia, um processo de cassação contra ele e Curi, por quebra de decoro parlamentar. O pedido acabou arquivado. Justus e Curi viriam a deixar os cargos de presidente e primeiro-secretário apenas após o fim dos respectivos mandatos, em fevereiro de 2011, sendo substituídos nos cargos pelos deputados Valdir Rossoni (PSDB) e Plauto Miró (DEM), respectivamente.

Os impactos imediatos causados pela reportagem, assim, ficaram restritos aos diretores da Casa. Dois dias após o início da série, Abib Miguel se afastou da Assembleia. Mesma decisão seria tomada pelos diretores José Ari Nassiff (administrativo) e Cláudio Marques da Silva (de pessoal), ainda no mês de março.

Após as reportagens, vários integrantes do núcleo administrativo da Alep foram demitidos; os três ex-diretores que entregaram os cargos – Miguel, Nassiff e Silva – foram presos. Em setembro de 2003, os dois últimos foram condenados à prisão nas ações penais a que respondiam. Em janeiro de 2014, aconteceu a condenação de Miguel¹². As ações penais foram movidas pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR), que realizou investigações que terminaram em uma série de denúncias à Justiça, muitas das quais foram aceitas se converteram em processo judicial que seguiam tramitando. Até o primeiro semestre de 2014, Alexandre Curi e Nelson Justus respondiam a ações por improbidade administrativa, que tramitavam em primeira

¹² Abib Miguel (ex-diretor-geral da Assembleia), José Ary Nassiff (ex-diretor administrativo da Assembleia) e Cláudio Marques da Silva (ex-diretor de pessoal da Assembleia) foram condenados a 18 anos e 11 meses de prisão cada um pelos crimes de formação de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro (GARCIA, 2014).

instância; e estavam com os bens bloqueados, pois eram acusados pelo MP-PR de serem corresponsáveis pela contratação de funcionários-fantasmas.

O escândalo também provocou mudanças internas na Assembleia. A medida mais impactante foi a aprovação, no plenário da Casa, da chamada Lei da Transparência (Lei Complementar 137/2011), proposta pelo movimento “O Paraná Que Queremos” e que exige a publicação na internet dos gastos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Paraná. A lei foi sancionada e está em vigor.

Em relação à Gazeta do Povo, trata-se do jornal de maior circulação no Paraná, com cerca de 50 mil assinantes, em outubro de 2010. Os leitores do periódico se concentravam na região Leste do estado, que engloba Curitiba e região metropolitana, e o Litoral. Na capital, o jornal tinha 38.186 assinantes (75% do total)¹³. As cidades seguintes com maior número de assinantes eram São José dos Pinhais, Campo Largo e Colombo, todas na região metropolitana de Curitiba, que, juntas, tinham 3.056 assinantes (pouco mais de 6% do total). Também se observava, em outubro de 2010, uma circulação destacada do veículo em Ponta Grossa, nos Campos Gerais (há cerca de 100 quilômetros de Curitiba), sendo o quinto município em número de assinantes, com 778 leitores fixos (1,53% do total).

Nota-se, por outro lado, a pequena penetração do jornal nas demais regiões do Estado. Londrina e Maringá, no Norte, que são as duas cidades mais populosas do interior do Paraná, estavam apenas na 7ª e na 11ª colocação em número de assinantes, com 822 leitores regulares, em um universo populacional de cerca de um milhão de pessoas, em outubro de 2010.

Sobre a linha editorial da Gazeta do Povo, merece destaque o posicionamento do jornal durante a ditadura militar brasileira, entre 1964 e 1988, que caracteriza o conservadorismo do veículo. “*A linha editorial definida por Cunha Pereira Filho, baseada na legalidade, não confrontava o poder vigente*” (OLIVEIRA, 2009). Atualmente, o jornal buscou dar uma guinada em sua imagem e afirma seguir “*a linha editorial de independência*” (idem), ou seja: em teoria, trata-se de um veículo imparcial.

¹³ Os dados de circulação se referem a outubro de 2010, data das eleições estudadas neste trabalho, e foram repassados ao pesquisador pela direção do jornal.

A Gazeta do Povo integra o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom), o maior conglomerado de comunicação do Paraná, que, até o primeiro semestre de 2014, possuía três jornais diários (Gazeta do Povo, JL - Jornal de Londrina, e Tribuna), um portal de notícias (Paraná Online), oito emissoras de TV afiliadas à Rede Globo (RPCTV), um canal de TV por assinatura (ÓTV) e três rádios (98FM, Mundo Livre FM e Cultura FM de Maringá). Os proprietários do grupo são as famílias Cunha Pereira e Lemanski, que adquiriram a Gazeta do Povo em 1962, das mãos de Benjamin Lins e De Plácido e Silva, que haviam criado o jornal em 1919 – portanto, o veículo tinha 95 anos em 2014.

2.3 EFEITOS DA MÍDIA E A HIPÓTESE DO AGENDAMENTO

Como esta dissertação busca identificar os possíveis impactos de uma cobertura noticiosa sobre uma disputa eleitoral, faz-se necessário ingressar no debate sobre os efeitos da mídia, de modo a definir o referencial teórico considerado no trabalho. De antemão, afirmamos que adotamos a hipótese do agendamento da mídia (*media setting*, na expressão em inglês), com um equilíbrio entre as visões de efeitos limitados e a de efeitos ilimitados, tal qual propõem os estudos contemporâneos sobre essa questão.

Em linhas gerais, os estudos de Comunicação Política sobre os efeitos da mídia estão situados entre dois eixos antagônicos: um que subestima e outro que superestima o poder de influência dos meios de comunicação sobre os receptores das mensagens midiáticas, inclusive as de cunho político-eleitoral (ALDÉ E VEIGA, 2004), como as do nosso estudo.

Tal divisão é identificada na extensiva análise e catalogação dos estudos sobre mídia e eleições presidenciais brasileiras pós-ditadura feita por Colling (2006). Do ponto de vista do impacto dos meios de comunicação sobre os eleitores e o cenário da disputa, os estudos são classificados em uma escala que compreende a atribuição de efeitos “pouco significativos”, “significativos” e “muito significativos” à cobertura noticiosa (p. 48). O autor aponta que, ao longo das quatro eleições compreendidas entre 1989 e

2002, não é possível identificar uma tendência inequívoca nos estudos, já que há uma variação, de pleito para pleito, do eixo interpretativo dominante das análises. Esse cenário equilibrado o leva à conclusão de que “*o impacto da mídia sobre os eleitores e o cenário ainda gera muitas controvérsias*” entre os pesquisadores da área (idem, p. 418).

As divergências sobre o impacto da mídia nas eleições estão baseadas, sobretudo, em visões díspares sobre a autonomia dos sujeitos/eleitores diante dos meios de comunicação de massa. Tais visões, ao longo do tempo, alternaram-se na hegemonia dos estudos dessa área, como uma espécie de pêndulo que ocupa diferentes posições conforme o período em questão.

No campo da comunicação, o que se convencionou chamar de estudos de recepção ou audiência tem se alinhado segundo dois eixos antagônicos, alternando teorias que contrapõem, de um lado, a concepção dos meios de comunicação como todo-poderosos, que atribui os efeitos da comunicação, via mídia, exclusivamente à ação do emissor sobre o receptor, relegando a este um papel mais ou menos passivo; do outro, a ênfase na capacidade interpretativa do receptor que, como qualquer leitor, pode modificar o significado das mensagens, de acordo com suas próprias contingências (ALDÉ E VEIGA, 2004, p. 485).

A despeito das diversas interpretações sobre os efeitos da mídia, uma tendência identificada por Colling (2006) é o crescimento gradual, por parte dos pesquisadores, do reconhecimento da autonomia do eleitor diante dos meios de comunicação. Parte-se de um cenário em que o cidadão é praticamente nulo diante da mídia, como na eleição disputada em 1989; para se chegar, no pleito de 2002, o mais recente a ser analisado, a um contexto de estudos em que “*o receptor passou a ser mais considerado como capaz de negociar com os conteúdos recebidos via mídia*”, o que denota que os acadêmicos “*reconheceram com mais intensidade a complexidade das relações entre a mídia e os eleitores*” (p. 402).

Em perspectiva histórica, as duas primeiras teorias consistentes dedicadas a investigar os efeitos da mídia sobre a sociedade veem o fluxo comunicacional como unidirecional, com o controle absoluto do processo nas mãos do emissor. Trata-se da “Teoria dos efeitos ilimitados” (da “Agulha hipodérmica” ou, ainda, da “bala mágica”) e da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Ambas serão brevemente descritas.

A primeira foi desenvolvida por Harold Lasswell, por volta de 1930, nos Estados Unidos, e estava baseada na crença de que a comunicação exerce efeito direto sobre as ações dos indivíduos, sendo capaz de influenciá-los a agir ao sabor do teor das mensagens recebidas, a partir de um “*modelo comportamentalista de estímulo-resposta*” (AZEVEDO, 2004, p. 49). Já a segunda introduz uma matriz ideológica no campo comunicacional, ao considerar que os meios de comunicação de massa não apenas influenciavam diretamente os indivíduos, mas exerciam um papel de dominação cultural, alienando os sujeitos, por meio de conteúdos sedutores e vazios, que os impediam de enxergar a exploração capitalista que os atinge – em olhar marxista.

A atribuição de um papel central ao receptor no fluxo comunicacional vem apenas com os estudos de Paul Lazarsfeld e a “Teoria dos efeitos limitados”, em torno da década de 1950, que dão um passo adiante na compreensão da complexidade dos fenômenos midiáticos. A grande ruptura dessas pesquisas é, além de adentrar ao universo empírico, por meio de experiências concretas, considerar que as mensagens não são recebidas de maneira uniforme por todos os cidadãos, mas variam em função de diversos elementos ligados ao público, sobretudo de seus processos de socialização (WOLF, 2003). Essa corrente de estudos relativiza a importância da mídia, em nome das práticas sociais dos indivíduos, pois “(...) *fala de influência e não a que é exercida pelos mass media, mas da influência mais geral que perpassa nas relações comunitárias e de que a influência das comunicações de massa é só um componente, uma parte*” (idem, p. 47, grifos no original).

Emana dessa teoria uma série de conceitos que tornam mais concreta a concepção de que o processo comunicacional é mais complexo do que se pensava, como o *gatekeeper*, ou líder de opinião. Trata-se do indivíduo que ocupa uma posição de liderança social e exerce influência na formação de opinião de seus interlocutores. Assim, a recepção das mensagens midiáticas – antes automática, mecânica e direta – agora passa por mais de um nível: chega-se, então, à ideia de *two-step-flow*, ou comunicação de dois estágios, em que o contexto social atua como um filtro.

Finalmente, cabe falar brevemente das teorias contemporâneas, que constituem parte do referencial teórico desta dissertação. As teorias desenvolvidas desde a década de 1980 se caracterizam por uma busca de equilíbrio na relação entre emissor e

receptor, pois compreendem que o processo comunicativo e a construção de sentido para a mensagem têm origem em uma negociação entre esses dois agentes.

O sentido, por unívoco que possa parecer no momento da emissão da mensagem, só emerge totalmente na interação específica com o espectador concreto. (...) Embora as condições de cada pessoa envolvida em seu consumo modulem a dita recepção, uma visão negociada da relação entre mídia e audiência concebe a mídia como um quadro de referência privilegiado em termos da elaboração de explicações para a política (ALDÉ E VEIGA, 2004, p. 485).

Outro traço marcante das teorias contemporâneas é o reconhecimento de que a comunicação não é um elemento que age sozinho na construção da opinião pública, mas se relaciona com uma série de outras variáveis, cuja importância só pode ser determinada pelas características de cada processo comunicativo em si. “*Os efeitos da mídia são variados, de acordo com as situações específicas em que se inserem, e sofrem a ação de contratendências e resistências*” (MIGUEL, 2002).

É no contexto de tal debate e ressaltando tamanha complexidade do processo informativo que nos lançamos a campo para medir a possível influência das reportagens no desempenho eleitoral dos candidatos. A aplicação dessa visão de que há mais elementos atuando ao lado da comunicação na influência do público – ou eleitor, no nosso caso – materializa-se na adoção das variáveis de controle da pesquisa empírica, que consideram, a partir da literatura, os outros elementos capazes de explicar o fenômeno eleitoral analisado.

A presença de variáveis desse tipo, oferecendo explicações complementares aos fatos políticos, é regular nos principais estudos sobre os efeitos da mídia, diante do reconhecimento de que o desempenho eleitoral dos candidatos se relaciona também com uma série de acontecimentos e evento de campanha, nos quais os meios de comunicação são secundários. Em razão disso, Mundim (2010) classifica como “*limitados*” os “*trabalhos que simplesmente defendem que a mídia definiu o resultado de uma eleição, ignorando o papel de outras variáveis importantes como avaliações retrospectivas e identidades partidárias*” (p. 420). O modelo ideal apontado pelo autor é a conjunção de estudos sobre comportamento político com pesquisas sobre efeitos da mídia, assim como proposto aqui.

A outra metade do referencial teórico considerado nesta dissertação, conforme antecipado na introdução deste tópico, é formada pela ideia de agendamento da mídia, que será apresentada a seguir.

O conceito foi apresentado nos anos 1970 por Maxwell McCombs e Donald Shaw, ganhou consistência nas décadas seguintes, com a incorporação de novos conceitos (enquadramento e *priming*, já apresentados), e permanece bastante atual. Antes de abordá-lo, faz-se necessária uma ressalva. Em sua formulação original, a teoria do agendamento se apresentou como um modelo metodológico para testar empiricamente a hipótese dos autores¹⁴. Este estudo, porém, não leva a cabo tais testes; apenas considera válidas e verdadeiras as proposições contidas no conceito de agendamento, e as utiliza conforme nossos próprios objetivos.

A formulação da ideia de agendamento configurou o que D'ádamo et al (2000) consideram o terceiro paradigma dos estudos sobre os efeitos da mídia, na década de 1970, sucedendo as matrizes dos efeitos ilimitados (década de 1930) e dos efeitos limitados (década de 1940) (p. 58).

A ideia-força do agendamento estabelece que, em sua cobertura noticiosa, a mídia coloca ênfase em determinadas questões, atraindo a atenção do público para elas e, dessa maneira, sugerindo “sobre o que” as pessoas devem pensar. Em outras palavras, os meios de comunicação agendam o debate público, donde a origem do termo (MCCOMBS; SHAW, 1972, p. 177). A cobertura da imprensa constitui, assim, “*el mapa que sirve de guía a la opinión pública en su travesía a través de los espacios públicos y políticos*” (D'ÁDAMO ET AL, 2000, p. 62).

Assim, a ideia do agendamento aplicada ao nosso objeto de estudo pressupõe o raciocínio de que a Gazeta do Povo agendou o debate sobre o escândalo midiático dos “Diários Secretos” entre os leitores, levando-os a pensar sobre o caso e, em estágio final, influenciando-os, em maior ou menor grau. Tal raciocínio, por sua vez, sustenta a hipótese da dissertação, de que a perda de votos de Nelson Justus e Alexandre Curi se concentrou nas áreas em que havia mais leitores informados sobre as reportagens.

¹⁴ O método padrão consiste em comparar, num determinado recorte temporal, os temas agendados pelos meios de comunicação (agenda da mídia) com os temas debatidos pela audiência (agenda do público), de modo a testar empiricamente os efeitos da comunicação de massa nas preferências do espectador (AZEVEDO, 2004, p. 51).

Diversos estudos norte-americanos têm sido muito bem-sucedidos na tarefa, análoga à nossa, de comprovar, com evidências empíricas, a capacidade de a mídia agendar debates e influenciar comportamentos eleitorais. Gentzkow (2006) demonstra, por meio de análises de regressões, que a introdução da televisão nos Estados Unidos, entre os anos de 1940 e 1970, provocou alterações significativas no nível de informação política adquirida pelos cidadãos e na participação destes nas eleições. Comprova, com isso, a relação que se estabelece entre as duas áreas.

Com um propósito mais afim ao nosso, Gerber, Karlan, Bergan (2009) analisam o impacto das coberturas políticas dos jornais concorrentes *Washington Post* e *Washington Times*, ambos sediados na capital norte-americana, sobre eleitores da Virgínia em 2005. A conclusão a que chegam, funcionando como reforço à hipótese central deste estudo, é de que a exposição de eleitores ao noticiário do *Washington Post* aumentou em níveis significativos a tendência de que escolhem o candidato democrata na eleição para governador daquele estado.

No Brasil, onde estudos do gênero são mais raros, tem destaque Mundim (2010), que desenvolveu um modelo para medir os efeitos da cobertura da imprensa no voto que lhe permitiu identificar, nas eleições de 2002 e 2006, se as intenções de voto de seis dos oito principais candidatos a presidente da República foram afetadas pela cobertura noticiosa de quatro grandes jornais brasileiros. Destaca-se, no estudo de Mundim, o impacto causado pela cobertura do caso conhecido como “Escândalo do Dossiê”¹⁵, que, segundo o pesquisador, representou o momento mais crítico da candidatura do candidato Luis Inácio Lula da Silva (PT) e se reverteu em ganho de aproximadamente 6,57% de votos para o candidato Geraldo Alckmin (PSDB). O achado da pesquisa reforça a capacidade de dano à imagem pública causada pelos escândalos midiáticos, conforme exposto anteriormente, e aponta para um reflexo desse tipo de noticiário no comportamento do eleitor, tal qual buscamos testar neste nosso estudo.

Uma questão importante nesse debate é se a capacidade de agendamento da mídia reforça ou refuta a ideia de que o poder de influência da mídia é limitado,

¹⁵ O episódio faz referência à prisão em flagrante de membros do PT tentando comprar, com dinheiro vivo, um dossiê contra o candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra. A ação, que também buscava prejudicar o candidato do partido à Presidência, Geraldo Alckmin, foi amplamente repercutida pela imprensa, com impacto sobre a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (PT).

encontrando resistências que nos afastam da ideia de agulha hipodérmica. A discussão é levantada por Colling (2001), que trava embate com Traquina (1995). Este último (*apud* COLLING, 2001, p. 91) considera que o agendamento reforça o poder dos meios de comunicação e atesta uma influência midiática superior à enxergada por McCombs e Shaw na formulação da teoria. Colling, por sua vez, investiga o trabalho dos dois pioneiros, bem como recorre a autores contemporâneos, para contestar tal versão e reafirmar que, sendo limitada, a capacidade de agendamento da mídia age apenas para reforçar opiniões e sentimentos pré-existentes nos eleitores (p. 93). Soa-nos mais maduro o olhar de Colling, e é este que prevalece neste trabalho.

A visão de Colling (2001) suscita uma discussão importante sobre a teoria do agendamento, que é a relação entre o poder de influência da mídia e crenças pré-existentes na cabeça do eleitor. Iyengar e Hahn (2009) entram nesse debate e chamam a atenção para a importância do fator da exposição seletiva, segundo o qual o eleitor tende a selecionar para consumo as informações veiculadas pelos meios de comunicação cujo perfil reforce opiniões e atitudes pré-existentes. A evidência empírica disso, na pesquisa dos dois, está na preferência de eleitores republicanos pelo canal de televisão a cabo Fox News; e, na outra mão do processo, dos cidadãos democratas pelos noticiários da CNN – os dois veículos em questão têm posicionamentos claros pró-republicanos e pró-democratas, respectivamente.

O fator da exposição seletiva, portanto, cria um alerta para o nosso estudo, pois, a partir de evidências do campo, como a citada acima, indica um limite para o estudo: eleitores com fortes convicções a favor de Alexandre Curi e Nelson Justus podem ter mantido o posicionamento, mesmo que tenham entrado ou contato com a série “Diários Secretos”. Existe, também, a possibilidade de que tenham evitado a leitura da Gazeta do Povo nesse período, por sentir que tinham suas crenças confrontadas – numa atitude análoga à dos eleitores americanos que evitaram assistir às emissoras de televisão com posição contrária à sua.

Outro limite da hipótese do agendamento está no fato de que os temas debatidos em uma eleição nem sempre passam pelo intermédio dos meios de comunicação tradicionais. Como identifica Baum (2005), o processo de agendamento tem ganhado força em mídias não jornalísticas, como programas de entrevistas (*talk-shows*, na

formulação do autor). No caso americano, tornou-se comum a realização de entrevistas em programas do gênero com candidatos à presidência, como fez Oprah Winfrey em 2000, com George W. Bush e Al Gore, para se ater ao caso estudado por Baum. O que emana do estudo em questão é que, mesmo trazido à tona pela imprensa, um fato jornalístico pode ganhar repercussão a partir de meios não tradicionais.

Além disso, embora ainda sejam incipientes, estudos recentes constataam que, em determinados casos, a publicação de notícias negativas e escândalos midiáticos pode trazer benefícios, e não prejuízos, aos candidatos envolvidos. Burden (2002) colhe evidências empíricas de que o congressista norte-americano Stephen F. Lynch venha a ter se beneficiado da veiculação de informações sobre os problemas fiscais que enfrentava durante a campanha de 2001 (p. 84). No Brasil, Figueiredo et al (2010) identificam, em um estudo experimental com grupos de controle, que informações negativas sobre o então candidato a prefeito de São Paulo Gilberto Kassab (PFL) não provocaram efeitos significativos na votação do conjunto de eleitores que as consumiu.

A questão central para a ocorrência desses fenômenos é a obtenção de informação por parte do eleitor. Em consonância com a “Teoria da racionalidade de baixa informação”, de Samuel Popkin, Burden (2002) afirma que a maioria dos eleitores dispõe de poucas informações para a tomada de decisão do voto. Assim, mesmo que sejam potencialmente prejudiciais aos políticos atingidos, notícias negativas podem ajudá-los, na medida em que facilitam a fixação de seus nomes na mente do eleitor (p. 78). O candidato é lembrado por um fato negativo, mas é lembrado, distinguindo-se dos demais, que seguem ocultos. Isso é especialmente importante no caso de eleições parlamentares, como as analisadas neste estudo, em que o nível de informação geral sobre os candidatos é particularmente baixo (idem).

Assim, é preciso reforçar a ressalva de que o contato com a série de reportagens “Diários Secretos” não se reverteu necessariamente em prejuízo eleitoral a Nelson Justus e a Alexandre Curi. Tal reserva pode ser útil para explicar eventuais resultados inesperados na pesquisa empírica.

Por fim, cabe discutir o agendamento considerando as características dos diferentes veículos de comunicação. Por meio de uma revisão de literatura, Azevedo (2004) investigou processos de agendamento feitos pela televisão e por jornais

impressos e concluiu que o segundo é mais eficiente. A conclusão está apoiada *"na constatação de que, no noticiário televisivo, a notícia é curta, fragmentada e descontínua ao longo do tempo, não permitindo, como na imprensa escrita, uma visão mais ampla, aprofundada e contínua dos temas em debate"* (p. 56). O resultado do trabalho de Azevedo certifica a escolha do jornal impresso como instrumento de análise para esta pesquisa, haja vista a capacidade desse veículo de discutir continuamente os temas que noticia.

Mundim (2010) ressalta mais duas características que ampliam o poder de agendamento dos veículos impressos: a penetração dessa mídia entre membros da elite política e a costumeira repercussão que os assuntos levantados pelos jornais encontram nos demais meios de comunicação, como a televisão. No caso específico da série noticiosa "Diários Secretos", isso aconteceu com bastante força, pois a RPCTV, emissora afiliada à Rede Globo no Paraná e integrante do mesmo grupo de comunicação da Gazeta do Povo, foi parceira do jornal impresso na primeira semana do escândalo, divulgando reportagens especiais diariamente no telejornal Paraná TV 2ª Edição, líder de audiência da emissora. A RPCTV também repercutiu oportunamente, sem periodização definida, mas por um longo intervalo de tempo, os principais desdobramentos do caso, ampliando o alcance das reportagens publicadas pela Gazeta do Povo. Consideramos, assim, que os impactos das reportagens do jornal tenham sido amplificados por outros veículos jornalísticos, embora a análise empírica, por questões metodológicas, restrinja-se à circulação da Gazeta do Povo¹⁶.

Em resumo, neste tópico buscamos discutir o processo pelo qual os meios de comunicação constroem visibilidade para os atores políticos envolvidos em escândalos midiáticos, conforme o caso estudado. Para isso mobilizamos a hipótese do agendamento, que, no capítulo a seguir, relacionar-se-á com as disputas eleitorais legislativas, concluindo o trabalho de construção do marco teórico desta dissertação.

¹⁶ A RPCTV foi excluída da análise de campo diante da dificuldade de mensurar a diferença de penetração da emissora junto ao público, visto que se trata de um canal aberto, com distribuição de sinal praticamente uniforme em todo o estado.

3 ELEIÇÕES, DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS E OS CANDIDATOS

Este capítulo se volta à discussão da temática de eleições, abrangendo temas como eleições legislativas e geografia do voto, de forma a embasar a construção da variável dependente da pesquisa (as mudanças no padrão geográfico de votação de Nelson Justus e Alexandre Curi entre 2006 e 2010) e de duas variáveis independentes secundárias (a produção legislativa de ambos e os custos de campanha dos candidatos).

O capítulo também apresenta as trajetórias políticas dos dois deputados, com ênfase nas eleições de 2006 e 2010 para a Assembleia Legislativa do Paraná, complementando a tarefa, iniciada no capítulo anterior, de referenciar o objeto do estudo.

3.1 ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E SUAS CONDICIONANTES

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) é formada, atualmente, por 54 deputados¹⁷. Esse número de vagas é ofertado desde as eleições de 2010. Até o pleito de 2006, o primeiro analisado neste estudo, o parlamento era constituído por 48 parlamentares: seis a menos, portanto.

Nosso interesse está em discutir campanhas de reeleição, como as de Alexandre Curi e Nelson Justus tanto em 2006 quanto em 2010. No primeiro pleito, houve, na Alep, um índice de renovação de 35%, com 19 novos deputados e 35 parlamentares reeleitos – entre eles, Curi e Justus. Os números, coincidentemente, se repetiram em 2010. Os índices ficam abaixo da média histórica para a Câmara Federal, que, entre 1982 e 2002, variou entre 45% e 83% (SANTOS apud CERVI, 2009). Isso significa que

¹⁷ As eleições para a Alep, como ocorre nos demais legislativos estaduais brasileiros, são disputadas no chamado “sistema eleitoral proporcional”, em que a distribuição de vagas se dá respeitando uma proporção entre coligações/partidos definida pelo quociente partidário. Os candidatos mais votados em cada coligação/partido ocupam as vagas, até o limite definido pelo quociente. A relação de parlamentares eleitos é complementada pelo método da “média”, também chamado de “distribuição das sobras de vagas”, que consiste em um cálculo para dividir as vagas resultantes dos resíduos do quociente partidário.

estamos tratando de eleições em que a tendência à reeleição está acima do que se verifica historicamente em disputas legislativas.

No pleito de 2010, essa tendência foi ainda mais forte, conforme revela a taxa de sucesso das tentativas de reeleição: 81,3%, com 35 candidaturas vitoriosas, entre 43. O dado é superior ao observado em 2006, quando a taxa ficou em 74,4%, diante do sucesso de 35 entre 47 candidaturas. Assim, infere-se que as chances de reeleição foram maiores em 2010 do que quatro anos antes.

Cabe discutir os fatores que condicionam o sucesso em candidaturas de reeleição para a Assembleia Legislativa do Paraná, como as analisadas neste estudo. O referencial aqui adotado são as análises feitas por Cervi (2009) e Oliveira (2010) a partir das eleições de 2002 e de 2006 para a Alep, respectivamente. Começamos com o primeiro autor.

Para entender a votação dos candidatos reeleitos em 2002, Cervi (2009) verificou a capacidade explicativa de 28 variáveis independentes, que representam três conjuntos principais de explicação: a posição política institucionalizada do deputado, a visibilidade do mandato e a produção legislativa individualizada do parlamentar. Uma série de testes empíricos mostra que somente variáveis do último grupo apresentaram resultados estatisticamente significativos para explicar a votação. As duas variáveis em questão são a produção legislativa individual localizada geograficamente e a concentração regional de votos. A primeira, em razão de os dados já estarem disponíveis, é utilizada como variável independente deste estudo. A adoção dessa variável se dá em face da consistência metodológica do estudo de Cervi e das semelhanças entre o objeto daquele estudo e a presente dissertação.

Sobre a produção legislativa individual localizada geograficamente, Cervi (2009) conclui que, *“independente da atuação coletiva do Deputado, aqueles que apresentaram uma produção individual localizada geograficamente, com projetos de lei de abrangência regional ou municipal, por exemplo, tenderam a apresentar melhores chances de reeleição”*¹⁸ (p. 175). Verificar, portanto, se Alexandre Curi e Nelson Justus apresentaram em 2010 uma produção legislativa concentrada nas regiões onde

¹⁸ Cervi (2009) classificou os projetos de lei apresentados pelos deputados conforme a abrangência regional que têm, considerando três níveis de impacto: estadual, regional e municipal.

conquistaram votos é um fator potencialmente explicativo para as reeleições dos dois deputados.

Do ponto de vista da literatura, a variável está inserida no campo de estudos da conexão eleitoral, que trata das relações entre a arena política legislativa e a arena política eleitoral. Há basicamente dois modelos explicativos para a conexão eleitoral: o “*two-arena model*”, apresentado por Mayhew (1974); e o “*one-arena model*”, em abordagem sugerida por Bowler (2000) (*apud* PEREIRA e MUELLER, 2003).

O modelo de Mayhew (1974) defende a existência de duas arenas, a eleitoral e a legislativa, com a primeira condicionando a segunda, a partir da lógica de que o comportamento dos políticos no exercício do mandato é uma resposta funcional à necessidade de se reeleger. “*A inferência direta deste argumento, portanto, é que as regras eleitorais incentivam os candidatos a desenvolver relações personalísticas e individuais com suas bases eleitorais, em vez de mediá-las via partidos políticos*” (idem, p. 736).

Já a matriz de Bowler (2000) descarta o predomínio da arena eleitoral sobre a arena legislativa ao afirmar que são fracos os elos entre essas duas esferas, em um olhar que reafirma o valor dos partidos e que se orienta pela ideia de que as “*restrições das regras e procedimentos centralizadores presentes na arena legislativa (...) colocam os partidos políticos em vantagem sobre os deputados individualmente*” (ibidem, p. 737).

Diversos autores, entre eles Cervi (2009) e Pereira e Mueller (2003), defendem que as duas abordagens são, isoladamente, insuficientes para explicar o fenômeno da conexão eleitoral, e que, por isso, é preciso adotar um modelo híbrido, que concilie características de ambas. Também é esta a perspectiva aqui adotada.

Na construção dessa terceira via, o “*two-arena model*” é importante porque mostra como as regras eleitorais estimulam os políticos a agir de maneira individual e personalista, objetivando a reeleição e, com isso, fragilizando os partidos. Já o “*one-arena model*” é válido porque evidencia os mecanismos de que o Executivo dispõe para estimular o comportamento partidário dentro da arena legislativa.

O principal desses mecanismos é a prerrogativa da liberação de emendas orçamentárias, instrumento capaz de trazer benefícios eleitorais aos parlamentares

(*pork barrel politics*). Assim, na expectativa de ver recursos orçamentários liberados, os legisladores, que são “*maximizadores de utilidade*” (PEREIRA E MUELLER, 2003, p. 744), tendem a respeitar as preferências do Executivo e a seguir as orientações dos líderes partidários (idem, p. 763). Esse tipo de comportamento é o que explica a adoção da produção legislativa individual como variável do projeto.

Do ponto de vista do eleitor, pode-se mobilizar o conceito de *accountability model*, de Powell Jr. (2000) (*apud* NICOLAU, 2002), para explicar como ele se comporta nesse cenário e finalizar o desenho teórico do modelo em questão. Tal conceito entende o pleito como um momento no qual os eleitores atribuem responsabilidades aos políticos, recompensando-os com a reeleição, no caso de satisfação; ou os punindo com a não concessão de um novo voto e um novo mandato, quando insatisfeitos.

Nicolau (2002) destaca que a produção acadêmica aponta dois mecanismos principais de controle eleitoral dos políticos por parte dos votantes: a clareza de responsabilidade, que é a tarefa dos cidadãos de identificar os partidos responsáveis por determinada política; e o grau de personalização do voto, em que o eleitor enfatiza, com maior ou menor intensidade, os atributos dos candidatos em detrimento de características partidárias (2002, pp. 220-221). No caso específico de nosso interesse, as eleições legislativas, as especificidades do arranjo eleitoral brasileiro tornam predominante o segundo modelo. Há pelo menos três razões para isso: a produção de políticas públicas por mais de um partido, que dificulta a responsabilização de uma única sigla e enfraquece o controle via legendas; e as constantes trocas partidárias dos políticos e a complexidade do sistema proporcional de distribuição de votos, que inclinam o eleitor a uma compreensão personificada da disputa (NICOLAU, 2002, p. 221).

Dentro da matriz personalista de responsabilização, Nicolau (2002) identifica duas formas de o eleitor avaliar o trabalho do parlamentar que aspira à reeleição: o monitoramento de político em quem votou e a observação do deputado que conseguiu, positiva ou negativamente, chamar sua atenção durante os anos que antecederam o pleito (2000, p. 225). “*Portanto, a eleição para deputado federal seria, sobretudo, uma disputa entre parlamentares que se destacaram no mandato (voto retrospectivo) e*

lideranças que ocupam outros postos políticos ou não e querem entrar para a Câmara dos Deputados (voto prospectivo)” (idem, p. 231). Embora o autor trate de eleições legislativas da esfera federal, a mesma lógica pode ser aplicada, sem prejuízo, ao campo estadual, o que torna as ideias válidas para o debate em torno da Assembleia Legislativa do Paraná. Nos casos de Alexandre Curi e Nelson Justus, estamos diante de uma situação em que, considerada a série “Diários Secretos”, ambos se destacaram e chamaram a atenção do eleitor negativamente no período que antecedeu o pleito.

O segundo autor utilizado no referencial para explicar o sucesso em candidaturas de reeleição para a Assembleia Legislativa do Paraná é Oliveira (2010), que aponta para fatores que, em diferentes momentos, beneficiaram Curi e Justus em suas tentativas de reeleição. Como tais fatores tem um caráter mais contextual, relativo a posições ocupadas no campo institucional, não foram convertidos em variáveis da pesquisa empírica. Contudo, são apresentados aqui como elementos importantes para a conjuntura das reeleições de ambos.

Curi tirou proveito, em todos os pleitos que disputou, do fato de pertencer a uma família política, dado que é neto de Aníbal Khury, deputado estadual por nove mandatos e presidente da Alep em cinco períodos diferentes. Isso o beneficia porque, conforme Oliveira (2010), dispor de capital social e político é fundamental para competir nesse tipo de eleição, e tal tipo de capital se faz presente em redes familiares de poder. Isso implica que *“há correlação positiva entre jovens herdeiros de famílias políticas e elegibilidade. Todos os jovens deputados nascidos depois de 1971 pertencem às novas gerações de famílias com velhos capitais políticos”* (p. 8).

No pleito de 2010, tanto Justus como Curi potencializaram as chances de se reeleger porque ocupavam cargos na Mesa Diretora da Casa: presidente e primeiro-secretário, respectivamente, cargos que ampliam o potencial de elegibilidade. *“A disposição de muitos cargos comissionados de livre nomeação, a capacidade financeira e as indicações políticas beneficiam os parlamentares que estiveram principalmente na Presidência e na 1ª Secretaria da ALEP”* (OLIVEIRA, 2010, p. 7).

É importante destacar que a posse desses cargos trouxe vantagens a Justus e Curi somente em 2010, pois, na Legislatura de precedeu o pleito de 2006, eles não compunham a Mesa Diretora – o presidente era Hermas Brandão e o primeiro-

secretário, Nereu Moura. Assim, do ponto de vista da literatura, Justus e Curi tinham, potencialmente, mais chances de serem reeleitos em 2010 do que em 2006, dada a posição institucional que ocupavam na Assembleia nas legislaturas que antecederam as duas votações.

Um último item que precisa ser considerado para explicar o sucesso em uma disputa eleitoral são os recursos financeiros aplicados na campanha. Lemos (2010) identifica, na análise dos gastos de campanha para as disputas de 2002 e 2006 da Câmara Federal, que os candidatos eleitos gastam, em média, cinco vezes mais que os concorrentes. Com isso, reforça a tese de que *“recursos financeiros estão positivamente correlacionados com vitórias eleitorais, e que isso, percebido pelos atores, leva-os a tentar arrecadar e gastar o máximo possível, na expectativa de ganharem mais votos”* (p. 370).

Entre os gastos de campanha dos candidatos, destacam-se os investimentos em publicidade, que são um recurso que os candidatos têm para buscar cobertura midiática favorável, visto que a veiculação de notícias em mídias espontâneas, como jornais, não pode ser controlada (BURDEN, 2002). Dessa forma, ao aplicar dinheiro em anúncios, os políticos buscam criar imagens positivas de si mesmo.

Tais fatos embasam a última variável da nossa pesquisa de campo, que é formada pelos gastos de campanha de Nelson Justus e Alexandre Curi em 2006 e 2010, supondo que um investimento adicional no pleito mais recente, descontada a inflação, significa maiores chances de sucesso – invertendo-se, por consequência, essa lógica no caso de redução de gastos. Haverá atenção especial aos gastos com publicidade.

3.2 CONCEITOS DE GEOGRAFIA ELEITORAL

O formato da pesquisa empírica filia este estudo à escola da Geografia Eleitoral, um ramo da Geografia Política, sendo esta uma área interdisciplinar entre Ciência Política e Geografia Política, conforme conceitos e classificações de Trigal, Del Pozo (1999). A filiação se dá porque esta dissertação utiliza todas as variáveis, a dependente

e as independentes, em uma perspectiva geográfica, relacionando-as a unidades de análise espaciais: os municípios do Paraná, em um primeiro momento; e as zonas eleitorais de Curitiba, na etapa seguinte.

Há dois temas de pesquisa básicos nesse campo: análises de sistemas eleitorais e análises dos resultados eleitorais na relação com os fatores de caráter espacial que podem condicionar o voto (idem, p. 196). As pesquisas, em linhas gerais, estão voltadas para dois momentos do processo eleitoral: o instante prévio à votação e os resultados do pleito (idibem, p. 197). Este estudo integra o segundo grupo de análises e instrumentaliza os dois períodos do processo eletivo por meio da circulação do jornal (ato prévio ao voto) e da análise do padrão geoespacial da votação dos candidatos (resultado eleitoral).

A escola da Geografia Eleitoral, que Zavala classifica como um “*enfoque metodológico*” (2012), parte da premissa de que é possível apontar influências geográficas no comportamento eleitoral, tal qual se faz neste estudo. Diante disso, as pesquisas do campo dedicam-se a “(...) *conocer los patrones espaciales del voto, en función del apoyo otorgado a los partidos políticos por parte del electorado y la relación de dicha preferencia con las características demográficas, socioeconómicas y espaciales de la población*” (GONZÁLES apud ZAVALA, 2012, p. 83). Não faremos testes tão amplos em nossa pesquisa empírica, que se limitará a investigar os padrões espaciais de distribuição de votos dos candidatos.

Taylor relaciona quatro processos ou efeitos estruturais que podem interferir na tomada de decisão do eleitor, e cabe aqui reproduzir um deles, que tem relação com nosso objeto de estudo. Trata-se do “efeito de proteção local”, que ocorre quando certo tema da eleição tem mais importância em determinado local do que em outro(s) (apud TRIGAL; DEL POZO, 1999, p. 187). Essa é uma possibilidade presente no caso da série “Diários Secretos”, pois, conforme já apresentado, a penetração da Gazeta do Povo varia bastante conforme a região do Paraná, o que tende a criar ambientes informativos diversos pelo estado.

Tal hipótese encontra respaldo em Dellavigna, Kaplan (2007), que encontraram consistentes evidências empíricas de que o acesso ao canal de televisão a cabo Fox News potencializou as chances de eleitores votarem no candidato republicano nas

eleições presidenciais norte-americanas de 2000, em comparação com cidadãos que não assistiam ao canal. Dellavigna, Kaplan (2007) adotaram uma metodologia semelhante à empregada neste estudo, qual seja priorizar o fator geográfico, ao comparar a variação do percentual de voto republicano, entre 1996 e 2000, período em que o canal Fox News ingressou no mercado, em dois conjuntos de cidades: as que, em 2000, ofereciam o canal a seus moradores e as que, naquele mesmo ano, não dispunham do serviço – a cobertura parcial de emissoras é comum nos Estados Unidos, dada a estrutura comercial das empresas locais de televisão a cabo. O trabalho diagnosticou que a Fox News, canal reconhecidamente conservador, convenceu entre 3% e 8% dos eleitores a votar no candidato republicano (p. 3).

A lógica do estudo, portanto, é idêntica à nossa: a presença ou a ausência de um veículo de comunicação em diferentes localidades tem como resultado, em face da cobertura jornalística realizada e das diferenças produzidas pelo acesso ou não ao veículo, influência na tomada de decisão do eleitor, reforçado a importância do fator geográfico.

O campo da Geografia Eleitoral evoca, assim, a teoria do contextualismo geográfico, que, em contraposição à visão individualista, considera que o ambiente sociogeográfico, por meio de processos complexos de interação entre os indivíduos que a ele pertencem, pode exercer influência sobre a decisão do voto (SOARES, TERRON, 2008, p. 225). O contextualismo geográfico preconiza, ainda, a ideia de que não se pode compreender a política fora do contexto em que ela ocorre nem das relações sociais que este contexto enseja (idem). Numa palavra, Trigal e Del Pozo (1999) afirmam que, na geografia eleitoral, *“el territorio adquiere, pues, personalidad sociológica”* (p. 196).

Embora esta dissertação utilize dados eleitorais agregados, sem análises individuais da tomada de decisão do eleitor, é importante falar brevemente sobre comportamento eleitoral, de forma a estabelecer uma referência conceitual que serve como pano de fundo para o objeto do estudo.

Conforme o termo *“personalidad sociológica”* sugere, uma das correntes explicativas do voto que se adéquam ao nosso trabalho é a sociológica – a literatura da área é composta por, além dessa, mais duas correntes explicativas elementares:

psicológica e teoria da escolha racional. A vertente sociológica, em síntese, considera que o contexto sociocultural e econômico do indivíduo é, a partir dos processos de interação que ocorrem nos círculos sociais, determinante na construção do posicionamento eleitoral.

Os estudos contemporâneos, porém, observam que, isoladamente, as teorias elementares são insuficientes para explicar a complexidade do comportamento eleitoral brasileiro¹⁹ (RADMANN, 2011). Em razão disso, nosso referencial teórico é complementado com a adoção da teoria da escolha racional, que se sustenta na ideia de que o eleitor é racional e tende a maximizar seus benefícios, razão pela qual apresenta um comportamento satisfacionista e opta pelo candidato que parece lhe apresentar a melhor relação custo/benefício (DOWNS, 1999).

A conjugação desses dois modelos, tal qual propõe Castro (1994), dá origem a um conceito que nos interessa especialmente, o de “sofisticação política”, uma espécie de indicador formado por quatro elementos presentes ou ausentes no eleitor: interesse por política; envolvimento no processo eleitoral; exposição ao programa eleitoral gratuito na televisão; e grau de informação a respeito dos candidatos (p. 203). A variação, de eleitor para eleitor, de cada um dos elementos que formam o índice se reflete em um grau específico de sofisticação política, que, conforme o nível em que se encontra, indica que fatores foram preponderantes para a decisão do voto daquele eleitor. A última variável do modelo – grau de informação a respeito dos candidatos – tem relação especial com esta dissertação e embasa mais uma variável independente do nosso modelo explicativo: o PIB *per capita* e a taxa de analfabetismo dos municípios paranaenses.

O uso dessa variável se explica porque os níveis de renda e escolaridades dos cidadãos são um dos fatores que funcionam como indicador de maior ou menor acesso dos eleitores aos jornais impressos (MUNDIM, 2010), como a Gazeta do Povo. Ademais, Figueiredo et al (2010) verificam que a capacidade de retenção e

¹⁹ Radmann (2001) diagnostica que "*o baixo grau de consistência ideológica do eleitorado brasileiro, não sendo possível identificar um conjunto de opiniões e atitudes que se associem de maneira estável com a preferência partidária dos eleitores*" (p. 53) torna difícil a consolidação no campo das explicações de caráter sociológica e psicológico, enquanto "*a vigência de um alto nível de desinformação, apatia e ceticismo dos eleitores em relação à política*" (idem, p. 109) representa um problema para a teoria da escolha racional.

memorização de notícias tem correlação positiva com nível de escolaridade. Em razão disso, o uso dessa variável representa um fator de controle dos resultados obtidos por meio da variável independente principal, que é possível impacto do noticiário negativo da Gazeta do Povo durante o escândalo dos “Diários Secretos” sobre as eleições de 2010.

O embasamento teórico da variável PIB *per capita*/taxa de analfabetismo também passa por Zaller (1992), que sustenta uma teoria da dinâmica da opinião pública segundo a qual o nível de exposição dos eleitores às informações é um dos elementos decisivos para a maneira como ele pode sentir os efeitos da mídia (p. 39)²⁰, corroborando com o sentido atribuído à variável.

O modelo de Zaller, assim, também sustenta nossa variável dependente de maior interesse, qual seja a circulação da Gazeta do Povo nos municípios do Paraná e nos bairros de Curitiba, visto que o acesso à série “Diários Secretos” é tido como um fator que diferencia o conjunto dos eleitores e, por isso, pode contribuir para explicar o desempenho eleitoral dos candidatos retratados nas reportagens.

Cabe ressaltar, porém, que esse enfoque recebe críticas quando, na intenção de explicar fenômenos sociais em grande escala, com dados agregados, acaba por considerar que todos os cidadãos e suas respectivas localidades têm comportamento homogêneo. Esta preocupação norteará o desenvolvimento da pesquisa de campo, com a devida relativização dos resultados encontrados.

3.3 BIOGRAFIAS POLÍTICAS DOS CANDIDATOS

Os tópicos abaixo apresentam as biografias políticas de Alexandre Curi e Nelson Justus, com dois objetivos: conhecer o histórico e as relações políticas dos dois deputados e observar em detalhes como ambos se reelegeram para a Assembleia Legislativa do Paraná em 2006 e 2010, as duas eleições por nós analisadas.

²⁰ Os outros dois fatores são as informações contidas nos discursos das elites políticas e as predisposições políticas dos eleitores (ZALLER, 1992).

3.3.1 Alexandre Curi

Alexandre Curi nasceu em Curitiba, a 09/04/1979. Na 17ª legislatura da Assembleia Legislativa do Paraná (2011-2014), exercia o terceiro mandato consecutivo de deputado estadual. Era, em 2014, presidente da Comissão de Redação e membro titular da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia.

É aliado político de Roberto Requião (PMDB), ex-governador e que, em 2014, era senador da República pelo Paraná. Por outro lado, nesse mesmo período, integrava a base de apoio do governador Beto Richa (PSDB), a despeito de este ser desafeto de Requião.

Ele concorreu a um cargo eletivo pela primeira vez aos 21 anos, em 2000, quando se elegeu vereador em Curitiba pelo então PFL. Ele recebeu 11.777 votos e foi o oitavo candidato mais votado do município, entre os 38 eleitos. Em 2002, já filiado ao PMDB, elegeu-se deputado estadual, com 45.778 votos. No mesmo partido, reelegeu-se duas vezes para o cargo: em 2006, com 131.988 votos; e em 2010, com 134.233 votos. Em ambas as ocasiões, foi o candidato a deputado estadual mais votado do Paraná.

TABELA 4: CARGOS E VOTAÇÃO DA CARREIRA POLÍTICA DE ALEXANDRE CURTI

ANO	CARGO	VOTAÇÃO	PARTIDO
2000	VEREADOR	11.777	PFL
2002	DEPUTADO ESTADUAL	45.778	PMDB
2006	DEPUTADO ESTADUAL	131.988	PMDB
2010	DEPUTADO ESTADUAL	134.233	PMDB

FONTE: TSE

Na legislatura anterior às eleições de 2010, a 16ª (2007-2010), ocupava o cargo de primeiro-secretário da Casa, um dos mais importantes da Mesa Diretora, pois é uma função que *“trata da logística e do financiamento interno dos parlamentares”* e que

“pode ser operada como uma forma de clientelismo e patronagem política em relação aos outros parlamentares” (OLIVEIRA, 2010, p. 7). Curi foi o político mais jovem a assumir a função, aos 27 anos.

Uma característica relevante da trajetória política de Alexandre Curi é inserção em uma forte rede política, sendo esta entendida da seguinte forma:

Definimos rede política como uma conexão de interesses envolvendo empresários e cargos políticos no aparelho de Estado em diferentes poderes, no executivo, legislativo e no judiciário, e em outros espaços de poder em função de operações de mútuo benefício e ações político-financeiras articuladas na informalidade (OLIVEIRA, 2007, p. 150).

Curi integra o círculo pessoal de amizades do ex-governador do Paraná e senador da República Roberto Requião, de quem é colega de partido. Aníbal Khury, avô de Alexandre, deputado estadual por nove mandatos e presidente da Alep em cinco períodos diferentes, “era conhecido em sua época como Vice-Rei do Paraná, em função de um grande raio de ações não apenas no legislativo, mas também no executivo, no judiciário, nos cartórios, na polícia, na criação de novos municípios e na intermediação de vários negócios no Paraná” (idem, p. 157). Os pais do deputado são de uma família de juristas e desembargadores, enquanto um de seus tios, Ricardo Khury, exerceu por um longo período a função de diretor de Crédito Imobiliário do Banestado, “de modo que toda a família sempre esteve em cargos e posições muito privilegiadas no Paraná” (OLIVEIRA, 2007). Curi é casado com uma das filhas do empresário do ramo de comunicação Luís Mussi, que foi assessor especial de Requião no Governo do Paraná. A esposa dele é neta do empresário e ex-governador Paulo Pimentel, outra figura pública de grande influência no estado.

Do ponto de vista de capital econômico, o patrimônio declarado do deputado ultrapassava R\$ 8,7 milhões em 2010, conforme dados apresentados pelo deputado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as eleições daquele ano. Entre os 46 itens listados na declaração de bens do então candidato, estavam diversos imóveis e terrenos. O item mais valioso era uma aplicação em um fundo de investimento financeiro do banco HSBC no valor de R\$ 6,5 milhões.

Em relação à atuação parlamentar, Alexandre Curi afirma focar sua atuação nas áreas de educação e saúde e por fazer na Assembleia “(...) uma política de bastidores,

sempre envolvido nas discussões mais importantes”, de acordo com o site oficial do deputado (MESA, 2013)

A partir de Veiga et al (2008), a atuação de Curi no primeiro mandato, entre 2003 e 2006, é classificada como essencialmente localista, em contraste com uma possível postura universalista. A classificação consta de um estudo que separou os projetos de leis apresentados pelos deputados estaduais do Paraná daquele período entre universalistas (proposições que atingem os diversos municípios do estado de maneira relativamente uniforme) e localistas (projetos voltados às regiões em que o parlamentar obteve mais votos). Entre os 68 Projetos de Lei Ordinária (PLs) apresentados por Curi no período, 19 eram de caráter universalista e 49 eram localistas – dado este que corresponde a 72% do total de proposições. Assim, em um índice que varia de 0 (baixo grau de localismo) a 4 (alto grau de localismo), a atuação de Curi recebeu o conceito 2.

Voltando-se para nosso objeto de estudo, a tabela a seguir detalha as votações de Curi para a Assembleia Legislativa do Paraná em 2002, 2006 e 2010.

TABELA 5: VOTAÇÃO DETALHADA DE ALEXANDRE CURTI EM 2002, 2006 E 2010

	2002	2006	2010	SALDO 2002/2006	SALDO 2006/2010
TOTAL DE VOTOS	45.778	131.988	134.233	+ 86.210	+ 2.245
VOTOS EM CURITIBA	14.712	10.653	3.174	- 4.059	- 7.479
CIDADES ONDE RECEBEU VOTOS	275	305	319	+ 30	+ 14

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b)

Os dados mostram que o candidato aumentou sucessivamente a votação final ao longo das três eleições. O crescimento foi mais intenso entre 2002 e 2006, com acréscimo de votos na ordem de 188,32%. Já entre 2006 e 2010, o crescimento foi de 1,70%. Isso indica que, embora constante, a expansão de votos do candidato perdeu força no pleito de 2010.

A tabela revela também uma gradual queda de votos do candidato em Curitiba, entre 2002 e 2010. A perda de votos é mais acentuada justamente entre 2006 e 2010, quando totaliza 7.479 votos ou 70,20% do que o candidato havia obtido no primeiro pleito. A comparação entre 2002 e 2006 revela uma perda da ordem de 27,58%, com prejuízo de 4.059 votos. Assim, Curitiba, que fora a cidade em que o candidato mais somou votos em 2006, perdeu o posto, na eleição seguinte, para Pitanga (no Centro-Sul do Paraná), onde ele obteve 5.306 votos.

Outra diferença entre os pleitos de 2006 e 2010 é cidade em que Curi foi proporcionalmente mais votado: em 2006, foi Boa Esperança, na região Noroeste do estado, com 64,6% dos votos válidos; em 2010 passou a ser Pinhalão (no Norte Pioneiro), com 54,3% da preferência local.

Do ponto de vista das alianças, nota-se algumas diferenças entre as duas eleições. Em 2006, o PMDB, partido de Curi, não se coligou com outras legendas para a disputa proporcional e elegeu 15 deputados. Em 2010, o partido se coligou com PDT, PT, PR e PCdoB para a disputa e elegeu 13 candidatos – dois a menos que em 2006, portanto.

Em âmbito estadual, o partido de Curi se saiu vitorioso em 2006, quando o candidato a governador Roberto Requião conseguiu se reeleger, ao derrotar Osmar Dias (PDT) no segundo turno; mas perdeu em 2010, quando não lançou candidato, apoiou o mesmo Osmar Dias (PDT) que havia enfrentado quatro anos antes e viu sua coligação ser derrotada por Beto Richa (PSDB) no 1º turno. O deputado integrou, durante as legislaturas de 2003-2006 e 2007-2010, a base de apoio a Requião na Assembleia, sendo ele um interlocutor importante do governador no período.

Já na esfera federal, o PMDB teve desempenhos semelhantes em 2006 e 2010. No primeiro pleito, o partido apoiou o candidato à reeleição Luis Inácio Lula da Silva (PT), que, apesar de eleito, fez menos votos no Paraná, tanto no 1º quanto no 2º turno,

que o segundo colocado, Geraldo Alckmin (PSDB). Em 2010, o partido se aliou à candidata Dilma Rousseff (PT), que, a despeito de ter vencido José Serra (PSDB) no 2º turno, foi superada pelo adversário no Paraná.

Considerando que apoio ao governo e pertencimento ao partido da situação representam elementos que favorecem a elegibilidade em disputas legislativas (OLIVEIRA, 2010), as informações acima expostas indicam que, para Alexandre Curi, a configuração das alianças partidárias foi um elemento facilitador das reeleições de Curi tanto em 2006 quanto 2010, diante do suporte que deu ao Governo Requião nos anos que antecederam os dois pleitos. Em relação às alianças partidárias, coligou-se em nível estadual com a chapa vencedora apenas em 2006. Já das alianças para a disputa do governo federal não emanam vantagem aparente entre um pleito e outro, pois o cenário foi semelhante nas duas ocasiões.

3.3.2 Nelson Justus

O outro político analisado neste estudo, Nelson Justus, também é curitibano, nascido em 13/06/1947. Ele exercia, durante a 17ª legislatura da Assembleia Legislativa do Paraná (2011-2014), seu sexto mandato consecutivo como deputado na Assembleia Legislativa do Paraná, casa parlamentar que já presidiu por dois períodos. É advogado, formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e tem experiência como professor.

A primeira disputa eleitoral de Justus aconteceu em 1990, quando se elegeu deputado estadual pela primeira vez, pelo PRN, “*estabelecendo como prioridades: casas populares e saneamento*” (HISTÓRICO, 2013). Foi reeleito em 1994 e 1998, ambas pelo PTB, somando 23.627 votos (0,74% do total) e 44.558 votos (1,08% do total) respectivamente. O parlamentar reelegeu-se para a Assembleia nas três eleições seguintes. Em 2002, já filiado ao PFL conseguiu sua mais expressiva votação: obteve 72.889 votos (1,40% do total). Em 2006 e 2010, viu a votação cair sucessivamente, mas, ainda sim, conseguiu se reeleger em ambas as ocasiões, com 44.430 votos (0,82% do total) e 43.035 votos (0,75% do total), respectivamente.

TABELA 6: CARGOS E VOTAÇÃO DA CARREIRA POLÍTICA DE NELSON JUSTUS

ANO	CARGO	VOTAÇÃO	PARTIDO
1990	DEPUTADO ESTADUAL	- - -*	PRN
1994	DEPUTADO ESTADUAL	23.627	PTB
1998	DEPUTADO ESTADUAL	44.558	PTB
2002	DEPUTADO ESTADUAL	72.889	PFL
2006	DEPUTADO ESTADUAL	44.430	PFL
2010	DEPUTADO ESTADUAL	43.035	DEM

FONTE: TSE

* Dado não localizado

Justus ocupou quatro importantes cargos não-eletivos na administração estadual. Sob o governo de José Richa, foi presidente da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), em 1985; e da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), no ano seguinte. Já durante as duas gestões do governador Jaime Lerner, foi secretário da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, entre 1996 e 1998; e secretário dos Transportes, entre 2001 e 2002, ambos os cargos ocupados quando já era deputado estadual, o que exigiu licença temporária do cargo parlamentar. Justus foi presidente do diretório regional do PTB no Paraná entre fevereiro de 1994 a março de 1998.

Em 1999, assumiu a presidência da Assembleia Legislativa pela primeira vez, ficando no cargo até o ano seguinte. A segunda passagem pela presidência foi mais duradoura e ocorreu entre 2007 e 2010, quando “*instalou o painel eletrônico no plenário para registrar a presença e a atuação dos deputados nas sessões, disponibilizou na internet todas as leis em tramitação, colocou no ar a TV Sinal*” e (...) “*criou o Portal da Transparência*”, de acordo com o site oficial da Alep (PERFIL, 2013a). Foi durante esta última gestão que as denúncias da série “Diários Secretos” foram publicadas.

Em relação ao perfil parlamentar de Nelson Justus, o próprio político se define como um “*municipalista, que acredita que o desenvolvimento do Estado começa nas pequenas cidades*”, segundo texto publicado em seu site oficial. (PERIL, 2013b) Um vídeo disponível no site do parlamentar e hospedado no Youtube afirma que parlamentar possui uma “*ampla base eleitoral*”, que inclui as regiões Sul, Centro-Sul e

litorânea do estado, além da região metropolitana de Curitiba e do Vale do Ivaí. O principal reduto eleitoral de Justus é o município de Guaratuba, no litoral, onde recebeu 3.453 votos, o que representa 8% da votação total, em 2010. A cidade é governada pela cunhada do deputado, Evani Justus (DEM), casada com Gil Fernando Justus, irmão de Nelson e também secretário de Finanças de Guaratuba.

Sobre seu capital econômico, consta na mais recente declaração de bens ao TSE, em 2010, que o patrimônio do deputado totaliza R\$ 1,6 milhão. O bem mais valioso da relação era descrito como um edifício, com valor declarado de R\$ 525 mil.

A classificação do deputado no referido estudo de Veiga et al (2008), que classifica os deputados em uma escala de localista a universalista, assemelha-se à de Alexandre Curi: Nelson Justus apresentou 26 Projetos de Lei Ordinária (PLs) entre 2003 e 2006, sendo 7 de caráter universalista e 19 de perfil localista – 73% do total. Assim como o colega, Justus obteve o conceito 2 no índice criado pelos pesquisadores para medir o grau de localismo dos parlamentares, cuja escala varia de 0 (baixo grau de localismo) a 4 (alto grau de localismo).

A tabela abaixo mostra os dados da votação de Nelson Justus nas eleições de 2002, 2006 e 2010.

TABELA 7: VOTAÇÃO DETALHADA DE NELSON JUSTUS EM 2002, 2006 E 2010

	2002	2006	2010	SALDO 2002/2006	SALDO 2006/2010
TOTAL DE VOTOS	72.889	44.430	43.035	- 28.459	- 1.395
VOTOS EM CURITIBA	5.821	4.207	2.383	- 1.614	- 1.824
CIDADES ONDE RECEBEU VOTOS	253	211	230	- 312	+ 19

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b)

Os dados mostram que, a exemplo do que ocorreu com Alexandre Curi, Nelson Justus também teve queda na votação de Curitiba ao longo das três eleições. A perda mais acentuada também ocorre entre 2006 e 2010, com redução de 43,35% da votação no município – entre 2002 e 2006, a perda de votos fora de 27,72%. Assim, entre 2006 e 2010, a participação da capital na votação final do candidato caiu de 9,64% para 5,53%. Justus também teve queda gradual no número total de votos, mas com maior perda de votação entre 2002 e 2006, quando a redução foi de 39% – entre 2006 e 2010, a perda de votos foi de 3,13%. Isso significa que apenas quando considerado o cenário de Curitiba se pode afirmar que a perda de votos do candidato foi mais intensa entre 2006 e 2010 do que entre 2002 e 2006.

Os dois principais colégios eleitorais de Justus mudaram entre 2006 e 2010. No primeiro, as maiores votações ocorreram em Curitiba (total) e Guaratuba (proporcional). No segundo, os municípios em que ele foi mais votado global e proporcionalmente foram São Mateus do Sul (no Sudeste do estado) e São Pedro do Ivaí (no Norte Central do estado), respectivamente. É importante ressaltar que, apesar de Guaratuba ter perdido a condição de líder em votos proporcionais, o desempenho do candidato praticamente se repetiu entre as duas eleições, com uma perda de apenas 25 em 2010.

Do ponto de vista das alianças, houve poucas alterações nas disputas proporcionais. Em 2006, o partido de Justus, o PFL, coligou-se com o PPS na disputa, conseguindo eleger 5 deputados – Justus foi o terceiro mais votado da legenda. Em 2010, o partido dele, agora rebatizado de PFL para DEM, coligou-se com PRB, PP, PTB e PSDB, conseguindo eleger um candidato a mais ante o pleito anterior: seis, no total. Justus, dessa vez, foi o 4º mais votado dentro da legenda, perdendo uma posição ante o pleito anterior.

Nota-se, porém, diferenças significativas em relação à disputa pelo governo do estado. Em 2006, o PFL não teve candidato majoritário, mas coligou-se com Rubens Bueno (PPS), que foi o 4º candidato mais votado, com 8,07% do total. O partido, entre 2006 e 2010, integrou a oposição ao então governador, Roberto Requião (PMDB). Quatro anos mais tarde, o DEM apoiou a candidatura, vencedora em 1º turno, de Beto Richa (PSDB).

Na esfera nacional, o panorama é idêntico ao de Alexandre Curi. Em 2006, o PFL apoiou a candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB), derrotado no 2º turno pelo candidato petista Luis Inácio Lula da Silva, mas vencedor no Paraná. No pleito seguinte, o DEM se aliou com José Serra (PSDB), sendo derrotado por Dilma Rousseff (PT), mas Serra somando mais votos que ela entre o eleitorado paranaense.

Diante disso e considerando que apoio ao governo e pertencimento ao partido da situação favorecem a elegibilidade em disputas legislativas (OLIVEIRA, 2010), conclui-se que as chances de reeleição para Nelson Justus foram semelhantes em 2006 e 2010, visto que o deputado integrou a oposição durante as legislaturas que antecederam os dois pleitos.

4 ANÁLISE COMPARATIVA DAS ELEIÇÕES DE 2006 E 2010

Este capítulo traz a pesquisa empírica da dissertação. Inicialmente, é exposta a metodologia do trabalho, com a descrição da natureza dos dados e das técnicas de análise. Em seguida, são apresentados e analisados os resultados dos testes.

4.1 DADOS E METODOLOGIA

Os dados utilizados nesta pesquisa empírica têm três origens: informações de circulação da Gazeta do Povo, divididas por municípios do Paraná e por zonas eleitorais de Curitiba; dados eleitorais e de gastos de campanha aferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE); e estatísticas acessadas e levantadas pelo próprio pesquisador. Do ponto de vista da natureza dos dados, portanto, a técnica de pesquisa predominante é a Análise de Dados Existentes (BABBIE, 2003), que tem como vantagem a economia de tempo e custos para a obtenção de informações, visto que as estatísticas já estão disponíveis, precisando apenas ser coletadas e organizadas.

As estatísticas de circulação da Gazeta do Povo se referem a outubro de 2010, data do pleito mais recente, foram gentilmente cedidas ao pesquisador pela direção do jornal e formam a variável independente de maior interesse: o possível impacto do noticiário negativo da Gazeta do Povo durante o escândalo dos “Diários Secretos”. Os dados têm duas divisões: a distribuição de assinantes pelos municípios do Paraná, que constituem a primeira fase dos testes da variável; e a distribuição de assinantes nas dez zonas eleitorais do município, formando a base para a segunda etapa dos testes.

Em relação às estatísticas do TSE, todas foram colhidas no site do Tribunal e embasam a variável dependente (mudanças no padrão geográfico de votação de Justus e Curi entre 2006 e 2010) e uma variável independente (custos de campanha dos candidatos, dada a importância que os recursos financeiros têm nas campanhas)²¹.

²¹ Os dados sobre resultados eleitorais estão disponíveis nos seguintes endereços: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/resultado-das-eleicoes-2006> (2006) e <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/estatisticas> (2010). Já as estatísticas de

Outra variável independente da pesquisa é a produção legislativa de Justus e Curi nas legislaturas prévias às eleições de 2006 e 2010, que tem origem em um levantamento feito a partir de informações da Assembleia Legislativa do Paraná.

A última variável independente da pesquisa, o PIB *per capita* e a taxa de analfabetismo dos municípios paranaenses, é formada por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O primeiro conjunto de análises, que abrange o estado do Paraná, inclui cinco testes principais: prova de Qui-Quadrado, teste de Risco Relativo e teste de Q de Yule, todos possíveis de serem realizados a partir da montagem de uma tabela quádrupla com os dados considerados, como as que apresentaremos a seguir. Os dois últimos testes são o Teste T de Student e a Correlação Linear de Pearson.

Primeiro, apresentamos o cruzamento de dados entre a variação de votos de Alexandre Curi entre 2006 e 2010 e a circulação da Gazeta do Povo em outubro de 2010. As estatísticas têm como universo os 355 municípios do Paraná onde Curi recebeu votos em 2006 e/ou 2010.

TABELA 8: CIRCULAÇÃO DO JORNAL X VARIAÇÃO DE VOTOS DE ALEXANDRE CURTI ENTRE 2006 E 2010 (POR MUNICÍPIOS)

			GAZETA DO POVO		TOTAL
			Tem assinante	Não tem assinante	
ALEXANDRE CURTI	Perdeu votos	N	49	99	148
		%	14,6%	29,5%	44,1%
	Ganhou votos	N	70	117	187
		%	20,8%	34,9%	55,8%
TOTAL		N	119	216	335
		%	35,5%	6,4%	100%

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b), GAZETA DO POVO

prestação de contas encontram nestes links: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/consulta-a-prestacao-de-contas-final-de-candidatos-e-comites-financeiros-eleicoes-2006> (2006) e <http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.prestacaoconta2010/pesquisaCandidato.jsp> (2010).

A tabela a seguir traz o cruzamento entre a variação de votos de Nelson Justus de 2006 para 2010 e a presença de assinantes da Gazeta do Povo em outubro de 2010. O universo considerado é compreendido pelos 268 municípios do Paraná onde Justus recebeu votos em 2006 e/ou 2010.

TABELA 9: CIRCULAÇÃO DO JORNAL X VARIAÇÃO DE VOTOS DE NELSON JUSTUS ENTRE 2006 E 2010 (POR MUNICÍPIOS)

			GAZETA DO POVO		TOTAL
			Tem assinante	Não tem assinante	
NELSON JUSTUS	Perdeu votos	N	53	64	117
		%	19,7%	23,8%	43,6%
	Ganhou votos	N	59	92	151
		%	22,0%	34,3%	56,3%
TOTAL		N	112	156	268
		%	41,7%	58,2%	100%

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b), GAZETA DO POVO

O teste de RR busca "*testar estatisticamente as diferenças de probabilidades para ocorrência de determinado fenômeno (o risco) em função de dadas características presentes na população pesquisada*" (CERVI, 2005, p. 19). O fator de risco, em questão, é a perda de votos, enquanto a característica da população pesquisada é a abrangência da área formada pelos assinantes do jornal. O cálculo é feito dividindo-se o número de casos em que o fator de risco incide sobre a característica na população (perda de votos na área de assinantes do jornal) pelo número de casos em que o fator de risco não aparece na população (perda de votos fora da área de assinantes do jornal).

O teste de Q de Yule, nesta dissertação, aplica-se para duas finalidades: verificar se duas variáveis dicotômicas estão relacionadas entre si, e de quanto é a intensidade da relação. O teste para saber se há relação entre elas é o de Independência. Para que as variáveis tenham relação, é preciso que o resultado seja diferente de zero. Caso isso

se confirme, passa-se ao teste de Correlação, feito para medir a intensidade da relação. O sinal (negativo ou positivo) presente no resultado da equação indica a direção da relação, enquanto o valor denota a intensidade dessa relação.

O teste de Qui-Quadrado²² tem como objetivo é verificar possíveis diferenças entre duas distribuições – no caso, a perda de votos dos candidatos nas áreas em que o jornal circula e nas áreas em que o jornal não circula. Para que as diferenças sejam estatisticamente significativas, é preciso de o nível de significância fique abaixo de 0,05.

Já o Teste T de Student é utilizada para comparar as médias entre duas variáveis (CERVI, 2012), para verificar se há diferenças significativas entre os dois grupos analisados. No nosso caso, adotamos o Teste T comparando a média de assinantes da Gazeta do Povo nos municípios onde os candidatos perderam votos entre 2006 e 2010 e a média de assinantes do jornal nos municípios onde eles mantiveram ou ampliaram a votação mais recente. A expectativa é que haja concentração de assinantes onde houve perda de votos.

Por fim, está a Correlação Linear de Pearson, aplicada para verificar e estimar numericamente o grau da relação que existe entre duas variáveis contínuas (idem). O coeficiente que resultado do teste, chamado de coeficiente de correlação, será um valor compreendido entre -1 e +1, indicando o sentido e a intensidade da relação – que será tão mais forte quanto mais próxima do valor 1, seja positivo ou negativo.

No segundo caso desta bateria inicial de testes, em que a área geográfica é reduzida às dez zonas eleitorais de Curitiba, a natureza dos dados não permite a tabulação de uma tabela quádrupla. Por isso, realizar-se-ão testes mais elementares, como frequência, mediana e média, a partir da ordenação da circulação do jornal nas zonas eleitorais da cidade e seu cruzamento com a perda de votos dos candidatos. Os testes do Teste T e da Correlação Linear de Pearson se repetem nesta etapa.

Busca-se, em todos os testes, rejeitar a Hipótese Nula, que indica que as diferenças entre o desempenho eleitoral dos candidatos entre 2006 e 2010 se devem às oscilações do acaso. A rejeição implica a adoção da Hipótese Alternativa, que sustenta que há variações não aleatórias na relação entre as variáveis.

22 Como este teste é mais complexo, é feito diretamente no software SPSS, pelo caminho que se segue: Análise / Nonparametric Tests / Chi-Square.

4.2 RESULTADOS

Neste tópico, apresentamos e analisamos os principais resultados dos testes empíricos. No primeiro momento, falamos exclusivamente da variável independente de maior interesse, que é o impacto da série “Diários Secretos” na votação dos candidatos. Em seguida, exibimos e discutimos os resultados dos testes com as variáveis independentes secundárias do nosso modelo de análise.

4.2.1 impacto da série “Diários Secretos”

Apresentamos os resultados dos testes para medir a relação entre a variável dependente (as mudanças no padrão geográfico de votação de Justus e Curi entre 2006 e 2010) e a variável independente de maior interesse (o possível impacto do noticiário negativo da Gazeta do Povo durante o escândalo dos “Diários Secretos”) em duas etapas: estadual e municipal, começando pela primeira.

O teste de Risco Relativo (RR) de Alexandre Curi, buscando concluir se houve mais chances de o candidato perder votos nas áreas onde o jornal tem assinantes, revela um RR de 0,88. Embora o resultado seja baixo, revela que houve, de fato, maior risco relativo de perda de votos do candidato nas áreas onde havia leitores do jornal.

O teste seguinte é do Q de Yule, que busca medir a intensidade da relação entre as duas variáveis em questão. O Teste de Independência, tem como resultado um valor de 0,010, que, embora seja um coeficiente baixo, é diferente de zero. Por isso, rejeita a independência entre as variáveis e permitindo o avanço aos testes seguintes. O Teste de Correlação do Q de Yule, que se propõe a medir a intensidade da correlação entre as variáveis, tem como resultado -0,0945. Isso indica, portanto, uma correlação negativa entre a perda de votos de Curi e a área de circulação da Gazeta do Povo, o que equivale a dizer que houve, ainda que de forma fraca, mais perda de votos de Curi nos locais em que o jornal está presente.

No teste de Qui Quadrado, o nível de significância, destacado na tabela abaixo, não ficou abaixo do limite crítico de 0,05. Assim, não é possível rejeitar a Hipótese Nula

e passa-se a considerar que não há diferenças de distribuição que sejam estatisticamente significativas na comparação da perda de votos de Curi nas áreas em que o jornal circula com a perda de votos nas áreas em que o jornal não circula.

**TABELA 10: TESTE DE QUI-QUADRADO PARA ALEXANDRE CURTI:
CIRCULAÇÃO DO JORNAL / VARIAÇÃO DE VOTOS**

	VALOR	DF	NÍVEL DE SIGNIFÂNCIA
QUI-QUADRADO DE PEARSON	,675 ^a	1	,411
NÚMERO DE CASOS VÁLIDOS	335		

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b), GAZETA DO POVO

O resultado do Teste T mostra que a média de assinantes da Gazeta do Povo foi maior nas cidades onde houve perda de votos de Curi em 2010, na comparação com 2006. Havia, conforme a tabela a seguir, uma média de 286,28 assinantes do jornal onde Curi perdeu votos, frente a uma média de 27 assinantes nos locais onde houve manutenção ou acréscimo de votação. Em outras palavras, havia, em média, 10 vezes mais assinantes do jornal nos municípios onde o candidato teve a votação reduzida em 2010, em relação ao pleito anterior.

TABELA 11: TESTE T PARA MÉDIA DE ASSINANTES DA GAZETA DO POVO / VARIAÇÃO DA VOTAÇÃO DE ALEXANDRE CURTI NO PARANÁ (POR MUNICÍPIOS)

	VOTOS DE CURTI	N	MÉDIA
ASSINANTES	MANUTENÇÃO OU GANHO	187	27,99
	PERDA	159	286,28
	DIFERENÇA DE MÉDIAS		258,29

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b), GAZETA DO POVO

Em relação a Nelson Justus, os resultados em todos os testes, para as duas variáveis em questão, são semelhantes.

O teste de Risco Relativo (RR) revela um valor de 1,15, superior ao resultado obtido com os dados de Alexandre Curi, o que denota uma possibilidade mais forte, comparativamente, de Justus perder votos nas áreas onde o jornal tem assinantes, a partir desse cálculo.

O teste de Independência de Q de Yule aponta para um Delta (subtração da frequência esperada pela frequência observada) de 0,015, diferente de zero e que, por isso, refuta a independência e atesta a relação entre as variáveis, permitindo o avanço aos testes seguintes. O Teste de Correlação do Q de Yule, executado para medir a intensidade entre as variáveis (área de circulação do jornal e perda/ganho de votos do candidato entre 2006 e 2010) dá o resultado de 0,1271, mostrando uma relação entre as duas variáveis que, embora fraca, é positiva – o que descarta uma tendência de perda de votos nas regiões onde o jornal se faz presente. Tem-se, aqui, o resultado mais díspar ante o obtido com Curi, cujo teste apontou uma relação negativa de - 0,0945.

O teste de Qui-Quadrado, feito com vistas a indicar verificar possíveis diferenças entre duas distribuições, aponta para um nível de significância de 0,305, que, embora menor que o visto no teste de Alexandre Curi (0,411), fica igualmente acima do limite de 0,05 e nos impede de rejeitar a Hipótese Nula (H0) – que, neste caso, nos diz não haver diferenças significativas.

**TABELA 12: TESTE DE QUI-QUADRADO PARA NELSON JUSTUS:
CIRCULAÇÃO DO JORNAL / VARIAÇÃO DE VOTOS**

	Valor	DF	NÍVEL DE SIGNIFÂNCIA
QUI-QUADRADO DE PEARSON	1,051 ^a	1	,305
NÚMERO DE CASOS VÁLIDOS	268		

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b), GAZETA DO POVO

O resultado do Teste T mostra que, a exemplo do que ocorrera com Curi, houve um número médio maior de assinantes da Gazeta do Povo nos locais onde Justus perdeu votos em 2010: houve, em média, 374 assinantes nesses municípios, frente a 45 dos locais em que o candidato manteve ou ampliou a votação. Assim, a média de leitores do jornal no primeiro grupo (onde houve perda de votos) é 8 vezes maior do que no segundo grupo (onde houve manutenção ou ganho de votos).

TABELA 13: TESTE T PARA MÉDIA DE ASSINANTES DA GAZETA DO POVO / VARIAÇÃO DA VOTAÇÃO DE NELSON JUSTUS NO PARANÁ (POR MUNICÍPIOS)

	VOTOS DE JUSTUS	N	MÉDIA
ASSINANTES	MANUTENÇÃO OU GANHO	156	45,92
	PERDA	116	374,92
	DIFERENÇA DE MÉDIAS		329,00

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b), GAZETA DO POVO

Outra prova que apresenta resultados satisfatórios na relação entre as duas variáveis, para ambos os candidatos, é o teste de Correlação Linear de Pearson, cujo coeficiente indica correlação negativa entre os municípios onde há assinantes da Gazeta do Povo e as localidades em que os dois candidatos tiveram variação de votos. Isso equivale a dizer que, nas regiões com leitores fixos do jornal, houve maior incidência de perda de votos para os dois candidatos em 2014. As correlações negativas são de -0,592 (ou -59,2%) e de -0,334 (ou -33,4%) para Curi e para Justus, respectivamente.

TABELA 14: CORRELAÇÃO ENTRE ASSINANTES DA GAZETA DO POVO E DIFERENÇA DE VOTAÇÃO PARA JUSTUS E CURI (POR MUNICÍPIOS)

		DIFERENÇA DE VOTOS DE CURI	DIFERENÇA DE VOTOS DE JUSTUS
ASSINANTES DA GAZETA DO POVO	Correlação de Pearson	-,592**	-,334**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000
	N	346	272

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b), GAZETA DO POVO

Os resultados dos testes expostos nos permitem tirar algumas conclusões. Nesta análise do desempenho eleitoral em âmbito estadual dos candidatos, pode-se afirmar que a votação de Alexandre Curi (PMDB) e Nelson Justus (DEM) se modificou significativamente entre 2006 e 2010, com perda de votos na capital e ampliação dos colégios eleitorais no interior, e que tais alterações de desempenho eleitoral guardam relação significativa com a circulação do jornal Gazeta do Povo, parâmetro utilizado para medir o impacto da série de reportagens “Diários Secretos”.

Embora com fraca intensidade, isso foi identificado primeiramente nos testes de Risco Relativo e de Correlação do Q de Yule, Os resultados mais expressivos vieram nas provas do Teste T, que mostraram haver um número médio maior de assinantes do jornal nos municípios onde os candidatos perderam votos entre 2010 e 2006; e no teste da Correlação Linear de Pearson, cujo coeficiente aferiu uma correlação nesse mesmo sentido entre as duas variáveis. Nos dois testes, o resultado foi mais forte para Alexandre Curi. No caso do Teste T, com uma média de assinantes 10 vezes maior nos locais de perda de votos, frente a uma média 8 vezes maior no caso de Nelson Justus. Na Correlação Linear de Pearson, com uma relação entre as variáveis de 59,2%, ante 33,4% de Curi.

Por outro lado, os testes Qui-Quadrado foram insuficientes para apontar relações estatisticamente relevantes entre as variáveis analisadas.

Os resultados insatisfatórios do Qui-Quadrado, bem como as conclusões pouco significativas do Risco Relativo e da Correlação do Q de Yule, podem ser explicados

pela natureza dos dados utilizados para esses testes. Esse conjunto de exames se valeu somente com uma tabela quádrupla, formada a partir de dados dicotômicos e categorizados, que são menos precisos que as variáveis contínuas, como as usadas no Teste T e na Correlação Linear de Pearson. Portanto, os testes realizados com dados mais abrangentes e precisos apresentaram os melhores resultados, validando, em âmbito estadual, a hipótese central deste estudo, qual seja o impacto da série "Diários Secretos" na votação dos candidatos.

Agora passamos à segunda fase de testes para medir a relação entre a variável dependente (as mudanças no padrão geográfico de votação de Justus e Curi entre 2006 e 2010) e a variável independente de maior interesse (o possível impacto do noticiário negativo da Gazeta do Povo durante o escândalo dos "Diários Secretos"), em que a unidade de análise é formada pelas dez zonas eleitorais de Curitiba, já classificadas de acordo com o número de assinantes do jornal. A tabela a seguir apresenta a classificação e mostra quais são os bairros mais populosos e os com o maior número de assinantes do jornal.

TABELA 15: ZONAS ELEITORAIS DE CURITIBA X ASSINANTES DA GAZETA DO POVO

GRUPO	ZONA ELEITORAL	ASSINANTES DO JORNAL	BAIRROS MAIS POPULOSOS	BAIRROS COM MAIS ASSINANTES
Circulação baixa	175	3,42%	Capão Raso, CIC e Tatuquara	Capão Raso, CIC e Tatuquara
Circulação baixa	145	3,60%	Pinheirinho, Sítio Cercado e Xaxim	Pinheirinho, Sítio Cercado e Xaxim
Circulação baixa	174	4,64%	Alto Boqueirão, Boqueirão e Hauer	Boqueirão, Guabirota e Hauer
Circulação baixa	176	4,37%	Fazendinha, Guaíra e Novo Mundo	Fazendinha, Novo Mundo e Parolin
Circulação baixa	4	8,9%	CIC, Portão e Santa Quitéria	CIC, Portão e Campo Comprido

GRUPO	ZONA ELEITORAL	ASSINANTES DO JORNAL	BAIRROS MAIS POPULOSOS	BAIRROS COM MAIS ASSINANTES
Circulação alta	3	10,35%	Cajuru, Capão da Imbuia e Uberaba	Cajuru, Cristo Rei e Jardim Botânico
Circulação alta	178	12,46%	Butiatuvinha, Centro e Santa Felicidade	Butiatuvinha, Centro e Santa Felicidade
Circulação alta	2	13,22%	Bacacheri, Bairro Alto e Santa Cândida	Alto da Rua XV, Bacacheri e Juvevê
Circulação alta	1	14,92%	Barreirinha, Boa Vista e Mercês	Boa Vista, Centro Cívico e Mercês
Circulação alta	177	24,1%	Água Verde, Bigorrilho e São Braz	Água Verde, Batel e Bigorrilho

FONTE: GAZETA DO POVO

Em linhas gerais, a tabela mostra uma divisão bastante clara: o jornal está mais presente em bairros das zonas central e norte de Curitiba, como Água Verde, Batel, Bigorrilho, Boa Vista e Bacacheri – bairros mais ricos. Por outro lado, a presença é baixa nas localidades situadas mais ao sul do município, como Cidade Industrial de Curitiba (CIC), Pinheirinho, Sítio Cercado e Xaxim – bairros mais pobres.

Antes de iniciar os testes, faz-se necessária uma ressalva: nesta etapa da análise não foi possível utilizar dados dicotômicos e dispostos em tabela quádrupla, como ocorreu na fase anterior, pois o total de casos considerados (as dez zonas eleitorais de Curitiba) é excessivamente baixo e não contém o número mínimo adequado de cinco unidades em casa quadrante. Isso inviabiliza a realização de testes como Risco Relativo, Q de Yule e Qui-Quadrado, sob pena de obtenção de dados sem consistência estatística.

A análise mais ampla da votação de Alexandre Curi em Curitiba mostra uma acentuada perda de votos entre 2006 e 2010, com recuo de 10.653 votos para 3.174 votos de um ano para outro. Isso representa uma queda de 7.479 votos, ou 70,20%.

Em outras palavras, o candidato perdeu, na cidade como um todo, aproximadamente dois de cada três votos que obtivera quatro anos antes.

Tal queda acentuada de votos, aliada ao fato de a Gazeta do Povo concentrar 75% de seus assinantes no município, torna necessária esta análise mais detalhada da realidade, tendo como foco exclusivo o município.

Nota-se que Alexandre Curi perdeu votos em todas as zonais eleitorais de Curitiba. Em razão disso, não é possível comparar a média de assinantes dos locais onde houve manutenção/ganho de votos e dos locais onde houve perdas, como se fez quando o universo considerava os municípios do Paraná.

A queda mais significativa de votos do candidato se deu nas zonais eleitorais em que a Gazeta do Povo tem circulação mais alta. A perda média de votos neste grupo foi de 901,8 votos, ante 594 votos médios perdidos no grupo das zonais eleitorais onde o jornal menos circula. Isso significa que nas zonais eleitorais com mais assinantes a perda de votos em 2010, frente a 2006, foi 1,5 maior do que nas zonais eleitorais com menos assinantes.

A título de comparação, entre 2002 e 2006, a perda de votos de Curi fora menor em ambos os grupos e ocorreu com mais força nas zonas eleitorais com menor presença da Gazeta do Povo: 344,8 votos médios perdidos na área de alta circulação do jornal e 467 votos nas regiões com baixa circulação. Além disso, em duas zonais eleitorais (145, com 44 votos; e 1, com 62 votos), o candidato teve ganho de votos – fenômeno que não aconteceu entre 2006 e 2010. Tal conjunto de dados mostra que não apenas a perda de votos do candidato em Curitiba foi maior em 2010 do que em 2006 (ver tabela 5), como, no pleito mais recente, a perda se concentrou nas áreas de circulação da Gazeta do Povo.

Em relação a Nelson Justus, a queda de votos em Curitiba também foi acentuada: de 4.207 votos em 2006 para 2.383 votos em 2010. A perda totaliza 1.824 votos, ou 43,35% do que havia sido conquistado no primeiro pleito. De maneira aproximada, metade dos eleitores que votaram em Justus em 2006 mudou o voto na eleição seguinte.

Os dados apontam que, na média, a perda de votos de Justus se concentra no conjunto de zonas eleitorais em que a Gazeta do Povo reúne seus assinantes: a média

de votos perdidos nesses locais foi de 291,8, frente a 73 nas zonais eleitorais com menos assinantes. Assim, os dados mostram que nas áreas da cidade em que há mais presença do jornal a perda de votos de Justus em 2010 foi quatro vezes maior em relação aos bairros com menos leitores.

É preciso, porém, fazer uma ressalva importante. Em relação à variação de votos entre 2002 e 2006, a perda de votos do candidato nas áreas de circulação da Gazeta do Povo foi ainda mais forte, com 307,2 votos perdidos, em média (15,4 a mais que do entre 2006 e 2010, portanto). Já nas áreas com menor presença do jornal, a perda de votos foi menor, comparativamente: 42,6 votos (cerca de 30 votos, em média, a menos do que no intervalo 2006-2010). Isso mostra que, no intervalo 2002/2006, a perda de votos de Justus nas áreas de maior presença do jornal foi mais intensa do que no intervalo 2006/2010, o que enfraquece, em alguma medida, o poder explicativo destes dados.

Chama a atenção, ainda, o fato de que houve duas zonas eleitorais em que o candidato ganhou votos em 2010, justamente as duas com os menores índices de circulação do jornal. Trata-se das zonas 175 e 145, que concentram 3,42% e 3,60% dos assinantes da Gazeta do Povo, respectivamente, e onde ele obteve acréscimos de 21 e 51 votos, nesta ordem. Por outro lado, na zona 177, que concentra o maior número de assinantes do veículo (24,10%), a perda foi de 388 votos, a segunda maior entre todas as zonas eleitorais do município.

TABELA 16: PERDA DE VOTOS DE ALEXANDRE CURI E DE NELSON JUSTUS POR ZONAS ELEITORAIS DE CURITIBA

GRUPO	ZONA ELEITORAL	ASSINANTES DA GAZETA DO POVO	PERDA DE VOTOS DE CURI	PERDA DE VOTOS DE JUSTUS
Circulação baixa	175	1.307 (3,42%)	734	+ 21
Circulação baixa	145	1.375 (3,60%)	541	+ 51
Circulação baixa	176	1.669 (4,37%)	359	94

GRUPO	ZONA ELEITORAL	ASSINANTES DA GAZETA DO POVO	PERDA DE VOTOS DE CURI	PERDA DE VOTOS DE JUSTUS
Circulação baixa	174	1.772 (4,64%)	579	175
Circulação baixa	4	3.399 (8,90%)	757	168
MÉDIA			594	73
Circulação alta	3	3.953 (10,35%)	2206	284
Circulação alta	178	4.758 (12,46%)	333	284
Circulação alta	2	5.049 (13,22%)	869	396
Circulação alta	1	5.698 (14,92%)	569	151
Circulação alta	177	9.206 (24,10%)	505	338
MÉDIA			901,8	291,8

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b), GAZETA DO POVO

Ainda em relação a Nelson Justus, o Teste T mostra que nas duas zonas eleitorais em que ganhou votos em 2010, há uma média de 1.341 assinantes, ao passo que, nas oito zonas onde se registrou perda de votos, a média de leitores do jornal totaliza 4.438 – número três vezes maior, portanto.

TABELA 17: TESTE T PARA MÉDIA DE ASSINANTES DA GAZETA DO POVO / VARIAÇÃO DA VOTAÇÃO DE NELSON JUSTUS EM CURITIBA (POR ZONAS ELEITORAIS)

	VOTOS DE JUSTUS	N	MÉDIA
ASSINANTES	MANUTENÇÃO OU GANHO	2	1.341
	PERDA	8	4.438
DIFERENÇA			3.097

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b), GAZETA DO POVO

Em suma, na análise em nível municipal das duas variáveis em questão, os resultados são complementares e consistentes ao indicar que a grande perda de votos dos dois candidatos em Curitiba, na eleição de 2010, esteve concentrada nas zonas eleitorais onde o jornal tem mais assinantes.

Portanto, tanto para Alexandre Curi como para Nelson Justus – no caso deste último, porém, com menos intensidade do que verificado entre as eleições de 2002 e 2006 – é possível aceitar a hipótese principal do estudo, pois os dados revelam uma relação geográfica estatisticamente significativa entre a perda de votos e a presença de assinantes da Gazeta do Povo.

4.2.2 Análise dos custos de campanha

Apresentamos, neste tópico, os resultados dos testes com mais uma variável independente do modelo: os custos declarados de campanha dos dois candidatos em 2006 e 2010.

A análise dos gastos de campanha de Nelson Justus e Alexandre Curi considera informações de despesas contidas nas prestações finais de contas apresentadas por ambos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2006 e 2010²³. Os dados que nos interessam estão classificados nas categorias "gastos com pessoal" e "publicidade" - esta contendo os subgrupos "anúncios em jornais em revista", "materiais impressos", "placas, estandartes e faixas" e "carros de som". O primeiro grupo, de "gastos com pessoal", permite-nos identificar o volume gasto com a remuneração de trabalhadores envolvidos com a campanha, como cabos-eleitorais. O segundo grupo, de "publicidade", fornece dados sobre as despesas dos candidatos com a confecção de peças e materiais publicitários e com anúncios publicitários em veículos de comunicação.

²³ Lemos et al (2010) reconhecem que as campanhas políticas no Brasil se valem, com frequência, de recursos não contabilizados na prestação oficial de contas. No entanto, consideram que somente os dados do TSE constituem uma base estatística capaz de ser medida e comparada. Por isso, nesta dissertação, valemo-nos de dados oficiais para a análise dos custos de campanha.

É importante destacar que a interpretação dos gastos levou em conta o índice de inflação acumulada no período compreendido entre outubro de 2006 e outubro de 2010, de forma a se obter dados que indiquem aumento real de gastos, já descontado o aumento de preços ao longo do tempo. O indicador de inflação utilizado é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial de inflação do governo Federal e calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre outubro de 2006 e outubro de 2010, o IPCA acumulou alta de 20,80%, o que significa que somente as variações de despesas situadas acima desse percentual podem ser consideradas estatisticamente significativas, revelando aumento real de gasto durante a campanha.

Os dados indicam que houve mudanças significativas no perfil de gastos de ambos os candidatos entre 2006 e 2010, sobretudo no campo de publicidade e, mais especificamente, nas áreas de anúncios em jornais e revistas e de materiais impressos. Trata-se de veículos de comunicação análogos à Gazeta do Povo, o que nos leva à conclusão, detalhada posteriormente, de que houve, a partir de incrementos orçamentários especificamente localizados, esforço dos dois políticos para neutralizar os iminentes efeitos negativos da cobertura realizada pelo jornal.

Em 2010, na comparação com 2006, na campanha de Justus houve efetivo incremento de gastos totais (incluindo-se todas as despesas, independentemente da categoria) na ordem de 43,20%. No caso de Curi, o aumento de gastos entre uma eleição e outra totalizou 20,53%, ficando abaixo da inflação acumulada no período, portanto.

Em razão disso e considerando o total de votos obtidos pelos candidatos nos dois pleitos, verifica-se que a relação entre recursos gastos e votos conquistados cresceu, de fato, apenas para Justus. O custo médio de cada voto, obtido com a divisão das despesas totais de campanha pelo número de votos recebidos, subiu 47,90%, passando de R\$ 5,75 para R\$ 8,49, entre as duas eleições. Em relação a Curi, o custo médio unitário de voto aumentou 18,59%, indo de R\$ 8,82 para R\$ 10,46, ficando abaixo do IPCA acumulado e indicando, assim, uma redução proporcional do custo.

TABELA 18: ELEVAÇÃO DOS GASTOS DE CAMPANHA/CUSTO MÉDIO UNITÁRIO DE VOTO DE JUSTUS E CURI EM 2010

		ALEXANDRE CURI	NELSON JUSTUS
GASTOS DE CAMPANHA	Valor em 2006	R\$ 1,165 milhão	R\$ 255,3 mil
	Valor em 2010	R\$ 1,404 milhão	R\$ 365,6 mil
	VARIAÇÃO	20,53%	43,20%
CUSTO MÉDIO POR VOTO	Valor em 2006	R\$ 8,82	R\$ 5,75
	Valor em 2010	R\$ 10,46	R\$ 8,49
	VARIAÇÃO	18,59%	47,90%

FONTE: TSE (2013-a, 2013-b)

Os números nos levam a concluir que somente Nelson Justus teve, de maneira geral, uma reeleição mais cara em 2010, quando comparada à de 2006. Alexandre Curi, por sua vez, reduziu proporcionalmente os gastos, se considerada a inflação do período, inclusive no que diz respeito ao custo médio unitário de voto. Porém, como será demonstrado a seguir, a questão central para explicar a reeleição de ambos em 2010 a partir desta variável é a mudança no perfil das despesas, mais significativa no caso de Curi, compensando a queda relativa dos custos de campanha desse candidato.

O primeiro fato importante a ser destacado é o aumento das despesas de ambos os candidatos com a rubrica “pessoal”, composta pelos gastos para a contratação de trabalhadores para os diversos setores da campanha. Os custos desse gênero subiram 140,39% para Justus e 75,23% para Curi, conforme se vê em detalhes na tabela a seguir.

TABELA 19: ELEVAÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL DE JUSTUS E CURI EM 2010

		NELSON JUSTUS	ALEXANDRE CURI
GASTOS COM PESSOAL	VALOR EM 2006	R\$ 25,5 mil	R\$ 111,3 mil
	VALOR EM 2010	R\$ 61,3 mil	R\$ 195 mil
	VARIAÇÃO	140,39%	75,23%

FONTE: TSE (2013-a, 2013-b)

Isso significa que, salvo um improvável e robusto acréscimo na remuneração individual de cada trabalhador envolvido nas campanhas de Justus e Curi, houve uma expansão considerável no tamanho das equipes dos dois políticos na campanha de 2010, em comparação com 2006. Em uma palavra, os dois políticos demandaram mais mão-de-obra e equipe de apoio para se reeleger, após o escândalo.

Os gastos com publicidade de Nelson Justus e Alexandre Curi cresceram, na comparação entre as duas eleições, 51,47% e 53,42%, respectivamente. Em ambos os casos, o maior incremento de despesas se deu no subgrupo “anúncios em jornais em revistas”. Curi desembolsou 132,41% a mais do que na eleição anterior (de R\$ 32 mil para R\$ 74,6 mil), enquanto as despesas de Justus cresceram 830,58% (de R\$ 2,9 mil para R\$ 27 mil) – o maior aumento, entre todas as despesas dos candidatos, nas duas eleições analisadas.

Por parte de Curi, também houve robusto crescimento de despesas no subgrupo de gastos com materiais impressos, com expansão de 82,98%, indo de R\$ 173,3 mil a R\$ 317,2 mil. Já no caso de Justus, houve queda de 18,17%, de R\$ 82,4 mil para R\$ 67,4 mil, nessa categoria de despesas.

TABELA 20: ELEVAÇÃO DOS GASTOS COM PUBLICIDADE DE JUSTUS E CURI EM 2010

		NELSON JUSTUS	ALEXANDRE CURI
ANÚNCIOS EM JORNAIS E REVISTAS	VALOR EM 2006	R\$ 2,9 mil	R\$ 32,0 mil
	VALOR EM 2010	R\$ 27,0 mil	R\$ 74,6 mil
	VARIAÇÃO	830,58%	132,41%
MATERIAIS IMPRESSOS	VALOR EM 2006	R\$ 82,4 mil	R\$ 173,3 mil
	VALOR EM 2010	R\$ 67,4 mil	R\$ 317,2 mil
	VARIAÇÃO	- 18,71%	82,98%
PLACAS, ESTANDARTES E FAIXAS	VALOR EM 2006	R\$ 25,6 mil	R\$ 106,3 mil
	VALOR EM 2010	R\$ 73,0 mil	R\$ 48,5 mil
	VARIAÇÃO	184,29%	- 54,34%
GASTOS TOTAIS COM PUBLICIDADE	VALOR EM 2006	R\$ 111,9 mil	R\$ 1,165 milhão
	VALOR EM 2010	R\$ 169,5 mil	R\$ 1,404 milhão
	VARIAÇÃO	51,47%	53,42%

FONTE: TSE (2013-a, 2013-b)0

Os dados mostram um esforço financeiro concentrado dos dois candidatos para aparecer de maneira positiva em mídias impressas, como jornais e revistas, além de materiais impressos de própria autoria – rubrica que inclui os folders de campanha chamados de “santinhos”. O caso de Justus é bastante representativo, com a maior alta, nessa categoria, entre todas as despesas de campanha dos dois candidatos nos pleitos analisados. A campanha de Curi, embora com índices menores, apresentou a mesma tendência.

Em relação aos anúncios em jornais e revistas, percebe-se uma diferença de estratégias dos candidatos. De 2006 para 2010, Alexandre Curi aumentou a concentração desses investimentos em empresas sediadas em Curitiba e região metropolitana, ampliando de 75,10% para 82,63% o montante aplicado em meios de

comunicação dessa área. O principal destinatário em 2010 foi a empresa ATF Gráfica & Editora Ltda.

Por outro lado, Nelson Justus privilegiou o interior, aumentando de 56,70% para 74,22% os recursos destinados a empresas do interior dentro da categoria de despesas anúncios em jornais e revistas. O destaque foi o município de Guaratuba, domicílio eleitoral do candidato, que recebeu, por meio de dois diferentes veículos, 55,39% do total investido pelo candidato em 2010, o que corresponde a R\$ 15 mil.

Nota-se, ainda, que o aumento dos gastos com publicidade não se deu de maneira uniforme entre todos os subgrupos: a campanha de Curi reduziu em 54,34%, entre 2006 e 2010, o volume de gastos com “placas, estandartes e faixas”, cuja aplicação de recursos caiu de R\$ 106,3 mil para R\$ 48,5 mil. Isso significa que houve uma mudança de estratégia do candidato, que deixou de investir em mídias externas para concentrar recursos em mídias impressas. O mesmo procedimento, porém, não se verifica no caso de Justus, visto que essa categoria de despesa cresceu, com avanço de 184,29%, de R\$ 25,6 mil para R\$ 73 mil.

Outro fato importante é que as despesas declaradas de ambos os candidatos com publicidade e anúncios em revistas e jornais, além do custo médio unitário por voto, ficaram acima da média extraída dos gastos dos 54 deputados eleitos em 2010. A única exceção nesse quadro são os gastos totais de campanha de Justus, que ficaram 2,10% abaixo da média. O item cujo investimento de recursos mais se distanciou da média, tanto para Justus quanto para Curi, foi o de gastos com anúncios em jornais e revistas, que ficaram 125,95% e 522,47% acima da média de todos os eleitos, respectivamente. Como fez uma campanha mais cara, os investimentos feitos por Curi superam os de Justus na comparação com a média dos eleitos, em todos os itens.

TABELA 21: COMPARAÇÃO DOS GASTOS DE CAMPANHA DE JUSTUS E CURI EM 2010 COM A MÉDIA DOS DEPUTADOS ELEITOS

	MÉDIA*	NELSON JUSTUS	ALEXANDRE CURI
GASTOS COM PUBLICIDADE	R\$ 122.769,20	R\$ 168.557,30 (37,29% acima da média)	R\$ 478.371,80 (289,65% acima da média)
ANÚNCIOS EM JORNAIS E REVISTAS	R\$ 11.985,31	R\$ 27.080,00 (125,95% acima da média)	R\$ 74.605,76 (522,47% acima da média)
CUSTO MÉDIO POR VOTO	R\$ 7,43	R\$ 8,50 (14,40% acima da média)	R\$ 10,46 (40,78% acima da média)
GASTOS TOTAIS	R\$ 373.500,50	R\$ 365.669,13 (2,10% abaixo da média)	R\$ 1.404.579,91 (276,05% acima da média)

FONTE: TSE (2013-a, 2013-b)

* Média de gastos dos 54 deputados eleitos em 2010

Esse volume de despesas deixou os dois candidatos, sobretudo Curi, no topo do ranking de gastos dos 54 deputados eleitos em 2010. Nas rubricas consideradas em nosso estudo – gastos totais, gastos com publicidade e anúncios em jornais e revistas – ele é o primeiro ou o segundo colocado. Já Justus ocupa posição menos destacada, mas se aproxima do topo à medida que se restringe a análise a gastos com publicidade e, em seguida, com anúncios em jornais e revistas. O custo médio unitário por voto de ambos também é alto, na comparação com a média dos demais candidatos eleitos: Justus foi o 14º e Curi o 7º deputados que mais precisaram investir para conquistar cada voto que receberam.

QUADRO 2: COLOCAÇÃO DE JUSTUS E CURI NO RANKING DE GASTOS DE CAMPANHA DOS DEPUTADOS ELEITOS EM 2010

	NELSON JUSTUS	ALEXANDRE CURI	LÍDER
ANÚNCIOS EM JORNAIS E REVISTAS	7º	1º	ALEXANDRE CURI
GASTOS COM PUBLICIDADE	10º	2º	STEPHANES JÚNIOR
GASTOS TOTAIS	24º	2º	NEY LEPREVOST
CUSTO MÉDIO POR VOTO	14º	7º	RASCA RODRIGUES

FONTE: TSE (2013-a, 2013-b)

Diante de todos os números expostos, conclui-se que as campanhas de 2010 de Nelson Justus e Alexandre Curi tiveram mais gastos com publicidade e com pessoal do que no pleito anterior, já descontada a inflação do período. Praticamente todas as despesas ficaram acima da média extraída dos investimentos feitos pelos 54 deputados eleitos no pleito mais recente.

No caso de Nelson Justus, a campanha como um todo ficou mais cara, com um alto incremento (830,58%) nos gastos com anúncios de jornais e revistas. Alexandre Curi fez uma campanha relativamente mais barata, já que o aumento de gastos globais ficou abaixo do reajuste inflacionário do período, mas aumentou as despesas publicitárias e substituiu a estratégia de anúncios externos pela de divulgação de materiais impressos próprios e, com mais intensidade, anúncios em jornais e revistas – despesa em que foi líder, entre todos os eleitos, com um gasto total de R\$ 478.371,80.

Relacionando-se este substancial gasto de ambos com publicidade em mídias idênticas ou análogas ao jornal com o contexto do pleito, quando a imagem dos dois políticos construída de maneira negativa pela Gazeta do Povo, torna-se plausível concluir que houve um esforço compensatório para reduzir os danos que os “Diários Secretos” pudessem lhes causar, com Curi concentrando anúncios em Curitiba e Justus privilegiando seu domicílio eleitoral, Guaratuba. Tal conclusão reforça a nossa hipótese

de que a cobertura jornal causou prejuízo aos dois candidatos e nos leva a mais um achado do estudo: as políticas compensatórias para reduzir danos de visibilidade.

4.2.3 Produção legislativa e índices de renda e analfabetismo

Agora se procede a análise das duas últimas variáveis do modelo explicativo: os índices de PIB *per capita* e taxa de analfabetismo dos municípios paranaenses e a produção legislativa de Alexandre Curi e de Nelson Justus, a começar por esta última.

Na análise da variável produção legislativa, o objetivo é verificar se há relação estatisticamente significativa entre os municípios beneficiados com projetos de leis elaborados por Nelson Justus e Alexandre Curi na legislatura compreendida entre 2007 e 2010 e a modificação do padrão de votação dos candidatos entre as duas eleições, considerando-se os locais onde perderam ou mantiveram/ganharam votos. Para isso, foi utilizado o Teste de Correlação Linear de Pearson.

Os resultados indicam correlações negativas, nos valores de -0,423 para Alexandre Curi e de -0,205 para Nelson Justus, entre a produção legislativa dos candidatos e a diferença de votos entre uma eleição e outra. Isso mostra que, nos municípios que foram beneficiados com projetos de lei de autoria de Curi e Justus na legislatura considerada, houve tendência de queda de votos. Isso frustra a expectativa, construída com base na literatura, de que haveria relação positiva entre a destinação de projetos/recursos a um determinado município e a obtenção de votos nessa localidade.

TABELA 22: CORRELAÇÃO ENTRE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE LEI E DIFERENÇA DE VOTAÇÃO PARA JUSTUS E CURI

		DIFERENÇA DE VOTOS DE CURI	DIFERENÇA DE VOTOS DE JUSTUS
PROJETOS	Correlação de Pearson	-,423	-,205
	Sig. (2-tailed)	,000	,001
	N	346	272

FONTE: ALEP

A correlação negativa entre as duas variáveis pode ser explicada pelo fato de uma parte significativa dos projetos de lei de ambos os candidatos se destinar a municípios onde a Gazeta do Povo tem forte circulação – conforme já exposto, a presença do jornal se relaciona de maneira significativa com a perda de votos dos candidatos. O teste de Pearson indica uma correlação entre os municípios que receberam projetos e aqueles onde há assinantes da Gazeta de 0,707 para Curi e de 0,785 para Justus. Não à toa, o município que mais recebeu projetos de lei de ambos os candidatos entre 2007 e 2010 foi Curitiba: 10 dos 88 projetos de Curi e 15 dos 91 projetos de Justus.

TABELA 23: CORRELAÇÃO ENTRE ASSINANTES DA GAZETA DO POVO E APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE LEI DE JUSTUS E CURI

		PROJETOS DE CURI	PROJETOS DE JUSTUS
ASSINANTES DA GAZETA DO POVO	Correlação de Pearson	,707	,785
	Sig. (2-tailed)	,000	,000
	N	399	399

FONTE: ALEP, GAZETA DO POVO

Um cálculo de médias também indica uma relação negativa entre a apresentação de projetos e a variação de votos os candidatos. Nos municípios onde perdeu votos, Curi apresentou uma média de 0,30 projetos, frente a 0,24 projetos em média para os municípios nos quais manteve ou ampliou a votação em 2010. No caso de Justus, as médias são de 0,34 para as cidades onde perdeu votos e de 0,26 para as localidades em que repetiu ou melhorou o desempenho do pleito anterior. Ratifica-se, assim, a invalidade da variável produção legislativa para explicar a variação de votos dos candidatos entre 2006 e 2010.

TABELA 24: MÉDIA DE PROJETOS PARA PRODUÇÃO LEGISLATIVA / VARIAÇÃO DA VOTAÇÃO DE NELSON JUSTUS NO PARANÁ (POR MUNICÍPIOS)

	MÉDIA DE PROJETOS DE JUSTUS	MÉDIA DE PROJETOS DE CURI
PERDEU VOTOS (MUNICÍPIOS)	0,30	0,34
MANTEVE/GANHOU VOTOS (MUNICÍPIOS)	0,24	0,26
	DIFERENÇA	0,08

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b), ALEP

Chega-se, agora, à última variável do projeto, constituída por índices de escolaridade (taxa de analfabetismo) e renda (PIB *per capita*) como indicadores de acesso às informações veiculadas pelos meios de comunicação, conforme consta na literatura. Em uma perspectiva mais ampla, tais dados formam uma espécie de índice de desenvolvimento local, com dados agregados. Com isso, têm-se uma variável potencialmente capaz de ratificar os resultados obtidos na análise das variáveis principais da pesquisa: o impacto do noticiário negativo da Gazeta do Povo durante o escândalo nas mudanças no padrão geográfico de votação de Justus e Curi entre 2006 e 2010.

A variável analfabetismo tem relação positiva de 0,105 no caso de Justus e de 0,039 no caso de Curi com a perda de votos dos candidatos; ou seja: onde havia mais eleitores analfabetos, registrou-se de perda de votos mais acentuada. Portanto, para Curi, essa tendência foi cerca de três vezes maior do que para Justus. Ocorre que os valores de correlação verificados (10,50% e 3,90%) são excessivamente baixos, o que nos impede de afirmar que houve uma tendência clara desse fenômeno e nos leva a, dentro do modelo explicativa utilizado, descartar essa hipótese como explicação para a variação de votos dos candidatos.

TABELA 25: CORRELAÇÃO ENTRE ÍNDICE DE ANALFABETISMO E DIFERENÇA DE VOTAÇÃO PARA JUSTUS E CURI (POR MUNICÍPIOS)

		DIFERENÇA DE VOTOS DE CURI	DIFERENÇA DE VOTOS DE JUSTUS
ANALFABETISMO	Correlação de Pearson	-,105	-,039
	Sig. (2-tailed)	,052	,524
	N	345	272

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b), IBGE

A análise do PIB *per capita* também apresenta diferenças pouco significativas entre os municípios com perda e os municípios com manutenção ou ganho de votos para os candidatos em 2010. No caso de Alexandre Curi, a média do PIB nos colégios eleitorais com perda de votos é de R\$ 12.869,58, enquanto a média nos municípios com manutenção ou ganho de votação é de 12.558,94: uma diferença de R\$ 310,64 (ou 2,41%) em favor do primeiro grupo. Novamente, tem-se um percentual pouco significativo para que se adote tal variável como explicação para a diferença de votos de Curi entre um pleito e outro.

TABELA 26: TESTE T DE PIB *PER CAPITA* / VARIAÇÃO DA VOTAÇÃO DE ALEXANDRE CURI NO PARANÁ (POR MUNICÍPIOS)

	VOTOS DE CURI	N	MÉDIA
PIB <i>PER CAPITA</i>	MANUTENÇÃO OU GANHO	187	12.558,94
	PERDA	159	12.869,58
DIFERENÇA			R\$ 310,64

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b), IBGE

Em relação a Nelson Justus, em média, o PIB *per capita* das localidades onde ele perdeu votos é de R\$12.649,64, frente a R\$ 12.807,51 nos municípios onde ele manteve ou ampliou a votação. Releva-se, portanto, uma diferença de R\$ 157,87 entre os dois grupos, o que equivale a uma diferença de 1,46%. A comparação dos dois candidatos nos mostra que, assim como ocorreria com o indicador de escolaridade, o poder explicativo da variável PIB *per capita* é maior para Alexandre Curi, cuja diferença de médias foi de 2,46%, com vantagem para o grupo de cidades onde houve perda de votos dos candidatos em 2010. Ainda assim, embora o resultado indique um PIB *per capita* médio mais alto do grupo no qual Justus manteve ou ampliou a votação, a diferença percentual é baixa demais para se concluir uma tendência nesses municípios.

TABELA 27: TESTE T DE PIB PER CAPITA / VARIAÇÃO DA VOTAÇÃO DE NELSON JUSTUS NO PARANÁ (POR MUNICÍPIOS)

	VOTOS DE JUSTUS	N	MÉDIA
PIB PER CAPITA	MANUTENÇÃO OU GANHO	156	R\$ 12.807,51
	PERDA	116	R\$ 12.649,64
	DIFERENÇA		R\$ 157,46

FONTE: TSE (2011-a, 2011-b), IBGE

Em resumo, neste tópico descartamos as capacidades explicativas das duas últimas variáveis independentes do modelo. A produção legislativa dos candidatos apresentou uma relação inversa à esperada com a variação de votos de Curi e Justus, em razão de estar muito vinculada a Curitiba, município onde a perda de votos de ambos em 2010 foi grande. Já os indicadores de renda (PIB *per capita*) e de escolaridade (taxa de analfabetismo) apresentaram diferenças muito baixas na comparação entre municípios com perda e localidades com manutenção/ganho de votos, o que tornou estatisticamente pouco significativos os resultados encontrados.

5 CONCLUSÃO

As análises realizadas nesta dissertação mostraram que duas das quatro variáveis independentes testadas empiricamente no nosso modelo apresentaram resultados estatisticamente significativos para explicar a variável dependente do trabalho. O objetivo era explicar as diferenças nos padrões de votação de Alexandre Curi e Nelson Justus para a Assembleia Legislativa do Paraná entre os pleitos de 2006 e 2010.

As variáveis que apresentaram resultados positivos foram a série de reportagens “Diários Secretos”, do jornal Gazeta do Povo; e a modificação do perfil dos gastos de campanha de ambos os candidatos no pleito mais recente, em 2010. Por outro lado, mostraram-se incapazes de acrescentar explicações consistentes para o problema abordado pela pesquisa outras duas variáveis: produção legislativa e PIB *per capita*/taxa de analfabetismo, cujos resultados foram descartados em razão de inconsistências estatísticas que os tornaram frágeis para indicar tendências explicativas robustas.

Dessa forma, a principal hipótese do estudo, que supunha que a cobertura noticiosa da Gazeta do Povo tivesse impactado o desempenho eleitoral de ambos os candidatos em 2010, especialmente nas áreas em que o jornal está mais presente, foi comprovada. Conforme preocupação manifestada ao longo desta dissertação, é importante deixar claro que esse resultado não pode ser interpretado de maneira individual, considerando isoladamente cada eleitor e/ou assinante da Gazeta do Povo. Tal determinismo não se aplica porque os dados que embasam a conclusão foram analisados de forma agregada, não individual.

A comprovação da hipótese se deu em dois níveis de análise: estadual, considerando os municípios do Paraná; e municipal, com o universo composto pelas dez zonais eleitorais de Curitiba. Nos dois casos, a perda de votos de Alexandre Curi e Nelson Justus em 2010 foi mais acentuada nos distritos eleitorais ou regiões onde havia mais assinantes da Gazeta do Povo – métrica utilizada para representar empiricamente a variável independente de maior interesse, a série de reportagens “Diários Secretos”.

Os resultados para votação em âmbito estadual foram positivos no teste de diferenças de média T de Student e na Correlação Linear de Pearson. O primeiro indicou que a média de assinantes do jornal era maior, em outubro de 2010, no conjunto de municípios onde Curi e Justus perderam votos no pleito daquele ano. Para Curi, a média de assinantes por município desse grupo era 10 vezes maior do que a média de assinantes por município do outro grupo, onde houve manutenção ou ganho de votos (ver tabela 11). No caso de Justus, essa diferença é de oito vezes, igualmente em favor do conjunto dos municípios onde houve redução da votação em 2010 (ver tabela 13).

Já o teste que mediu a Correlação Linear de Pearson indicou correlações de 59,2% e 33,4% para Curi e Justus, respectivamente (ver tabela 14), entre a área geográfica de cobertura da Gazeta do Povo no Paraná e os municípios onde ambos perderam votação em 2010. Trata-se de resultados com níveis de significância considerados alto e médio, respectivamente.

Portanto, comparativamente, os dois testes indicaram que, em nível estadual, o impacto da série de reportagens sobre a votação de 2010 foi maior para Alexandre Curi do que para Nelson Justus.

Os resultados positivos do Teste T e Correlação Linear de Pearson foram corroborados, embora com pouca intensidade, pelos resultados dos testes de Risco Relativo (RR), para os dois candidatos. Já os testes de Q de Yule e Qui Quadrado não indicaram relações significativas entre as duas variáveis analisadas. É importante notar que estas duas últimas provas foram realizadas a partir de dados agrupados, dicotômicos e dispostos em tabela quádrupla, ao passo que o Teste T e a Correlação Linear de Pearson contemplam todo o universo da pesquisa. Por isso, concluímos que apenas com dados completos foi possível identificar a força relação entre a série “Diários Secretos” e as mudanças nos padrões geográficos de votação dos candidatos entre 2006 e 2010.

Na esfera municipal, com o universo recortado e reduzido às dez eleitorais de Curitiba, município que concentrava 75% dos assinantes do jornal em 2010 e que fora o principal colégio eleitoral dos dois políticos em 2006, os resultados positivos vieram novamente com o Teste T. A perda de votos de Alexandre Curi foi 1,5 maior nas zonas

eleitorais em que o jornal estava mais presente. Essa diferença é de quatro vezes, quando analisada a votação de Nelson Justus – que, como se vê, teve a votação mais afetada que o colega quando considerado exclusivamente o colégio eleitoral de Curitiba. É preciso ressaltar, porém, que Justus teve uma queda de votos ainda mais acentuada nessas zonais eleitorais em 2006, quando ainda não havia as denúncias da série “Diários Secretos”, o que dilui, em parte, a força explicativa desses dados.

Ainda sim, o resultado corrobora com a hipótese teórica que sustenta o trabalho, qual seja a de agendamento da mídia, visto que os impactos eleitorais em Curitiba foram mais intensos no caso do candidato que foi mais fortemente atingido pelas denúncias do jornal, Nelson Justus. Ele foi mais citado que Alexandre Curi em chamadas de capa e manchetes do jornal, que, conforme visto, aplicou enquadramento negativo na cobertura (ver tabela 3).

Sobre Justus, cabe notar, ainda, que as duas únicas zonais eleitorais de Curitiba em que ganhou votos em 2010 são justamente as que concentram os menores índices de leitores do jornal no município, com 3% dos assinantes do jornal cada uma (ver tabela 16).

Nossos resultados se chocam com as conclusões a que havia chegado Alves (2010), que, embora com menos profundidade, tinha analisado o mesmo objeto desta pesquisa. Para além do crescimento da votação conjunta dos dois candidatos em 2010, frente a 2006, no que Alves (*idem*) chamou de “efeito teflon”, nós não apenas identificamos uma migração de votos entre municípios do Paraná e entre zonas eleitorais de Curitiba, como também notamos que, em ambos os níveis de análise, tal migração teve como característica a perda mais acentuada de votos nas áreas em que a Gazeta do Povo tem mais assinantes. Assim, os resultados de Alves (*ibidem*) foram rejeitados por esta dissertação, que não comprovou haver “efeito teflon” na votação dos candidatos em 2010.

Por se tratar de fenômeno recente, a série “Diários Secretos” ainda não foi analisada extensivamente por pesquisadores da área, o que dificulta outras comparações dos resultados obtidos. É possível, porém, relacionar nossos achados às expectativas expressas por dois pesquisadores do campo em reportagem preditiva dos resultados eleitorais de 2010 publicada pela própria Gazeta do Povo (GALINDO; FÉLIX,

2010). O cientista político Ricardo Costa Oliveira, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), assim afirmou: “*Os parlamentares envolvidos nas denúncias devem ter dificuldade para repetir suas votações*”. Já o professor de Relações Internacionais Hugo Meza Pinto, das Faculdades Santa Cruz, dizia o seguinte: “*Os deputados vão ter perda de votos, mas é difícil quantificar o tamanho da perda*”. A concretização de tais previsões (a dificuldade dos candidatos para repetir as votações de 2006, feita por Oliveira; e a perda de votos de ambos, realizada por Pinto) não fica evidente na votação final global de cada candidato, mas se revela diante do intenso processo de migração de votos dos dois candidatos, especialmente em Curitiba. Assim, embora sem rigor científico nem dados empíricos, o trabalho preditivo dos colegas de campo foi comprovado neste estudo.

A outra variável independente que apresentou resultados significativos para explicar as mudanças no padrão de votação de Alexandre Curi e Nelson Justus em 2010 foi a modificação do perfil dos gastos de campanha de ambos os candidatos entre os dois pleitos. Com somente uma exceção (o custo total da campanha de Justus), os gastos em categorias de despesas aqui analisadas ficaram, para ambos os candidatos, acima da média de despesa dos demais deputados eleitos em 2010. Dois fenômenos principais foram identificados na análise da variável. O primeiro é um robusto incremento de recursos na campanha de Justus, com expansão dos gastos totais (ver tabela 18), do custo médio unitário por voto (*idem*), das despesas com pessoal (ver tabela 19) e dos investimentos em publicidade (ver tabela 20). Neste último item, destaca-se o incremento dos gastos com anúncios em jornais (*idem*), que tiveram o maior crescimento entre todas as categorias de despesas: 830,58%. Trata-se de veículos de comunicação idênticos ou análogos à Gazeta do Povo, o que nos leva à conclusão de que se tratou de um investimento financeiro compensatório aos danos de imagens causados pelas reportagens da Gazeta do Povo.

O outro fenômeno diagnosticado na dissecação dos gastos de campanha dos dois candidatos foi uma mudança de estratégia adotada por Alexandre Curi. Embora tenha aumentado as despesas totais de campanha e o custo médio unitário por voto em níveis inferior ao da inflação acumulada no período de 2006 a 2010 (ver tabela 18), o candidato reduziu pela metade os investimentos em mídias externas, como placas,

estandartes e faixas; e ampliou as despesas com anúncios e publicações impressas – idênticas ou análogas à Gazeta do Povo, portanto. Foi o recordista de gastos, entre os 54 eleitos em 2010, com esse tipo de despesa (ver quadro 2). A expansão da verba aplicada na confecção de materiais impressos de divulgação foi de 82,98% e na publicidade em jornais impressos, de 132,41% (ver tabela 20). Com isso, chegamos à conclusão, semelhante à de Justus, de que Curi concentrou dinheiro em publicidade impressa, de forma a compensar os prejuízos de imagem causados pela série “Diários Secretos”.

Os resultados obtidos na exploração dessa variável estão de acordo com a literatura e reforçam a tese de que *“recursos financeiros estão positivamente correlacionados com vitórias eleitorais, e que isso, percebido pelos atores, leva-os a tentar arrecadar e gastar o máximo possível, na expectativa de ganharem mais votos”* (LEMOS 2010, p. 370). Os dados também confirmam a análise preditiva de Ricardo Costa Oliveira, em entrevista à Gazeta do Povo, projetando reeleições mais caras e incremento dos gastos com pessoal para os dois candidatos: *“O preço da reeleição vai inflacionar. O cabo eleitoral cobrará mais para fazer o mesmo”* (GALINDO; FÉLIX, 2010).

Chegamos, agora, às duas variáveis independentes que, apesar de não terem apresentado força explicativa no modelo empírico testado, merecem ser analisadas. Trata-se da produção legislativa dos candidatos entre 2007 e 2010 e do conjunto de indicadores de renda (PIB *per capita*) e escolaridade (taxa de analfabetismo) dos municípios do Paraná.

A produção legislativa foi testada com base na ideia, presente na literatura, de que a apresentação de projetos de lei localizados é pode beneficiar eleitoralmente os parlamentares. Os testes da produção legislativa, porém, mostraram resultados diversos dos esperados. O teste de Correlação Linear de Pearson indicou correlação negativa (de - 0,423 para Curi e de - 0,205 para Justus, conforme tabela 22) entre as diferenças de votação dos candidatos e a produção legislativa deles no período de 2007 a 2010. Isso significa que, nos municípios que foram beneficiados com projetos de lei de autoria de Curi e Justus na legislatura considerada, houve maior de votos.

Tal resultado pode ser explicado pela concentração de projetos de lei dos dois candidatos na área de abrangência do jornal (ver tabela 23), o que, em tese, conflitou com os efeitos da cobertura jornalística da Gazeta do Povo e neutralizou os benefícios eleitorais que as proposições legislativas poderiam render aos políticos.

Um elemento externo à análise empírica precisa ser retomado nesta conclusão, pois, com base na literatura, pode-se afirmar que representou um fator facilitador das reeleições de Curi em 2006 e 2010. Trata-se do fato de, durante as legislaturas que antecederam os dois pleitos, ele ter integrado a aliança partidária que deu suporte ao trabalho de Roberto Requião (PMDB) como governador. Em tese, isso lhe trouxe benefícios tanto em 2006 quanto em 2010, dado que apoio ao governo e pertencimento ao partido da situação favorecem a legibilidade em disputas legislativas (OLIVEIRA, 2010). Nelson Justus, por sua vez, não dispôs desses fatores, pois esteve na bancada de oposição nas duas legislaturas.

Por fim, está a variável independente formada pelo conjunto de indicadores PIB *per capita*/analfabetismo, utilizados no modelo explicativo como variáveis de controle do acesso à informação e, em consequência, ao noticiário negativo sobre os dois candidatos. Os resultados obtidos não foram satisfatórios. O teste de Correlação Linear de Pearson mostrou uma correlação fraca entre a taxa de analfabetismo dos municípios do Paraná e a variação de votos dos dois candidatos. Os índices de correlação verificados foram de 10,50% para Alexandre Curi e de 3,90% para Nelson Justus (ver tabela 25). Em uma comparação entre os dois candidatos, portanto, a variável apresentou cerca de três vezes mais força explicativa para Curi do que para Justus. Porém, embora positivos, esses resultados são excessivamente baixos e, em razão disso, não tiveram força estatística suficiente para constituir uma explicação para a variável dependente.

Já o Teste T mostrou que é igualmente baixa a diferença existente entre a média do PIB *per capita* dos municípios onde os dois candidatos perderam votação e a média das localidades nas quais eles mantiveram ou ganharam votos em 2008. As diferenças são de apenas 1,48% e 2,41% para Alexandre Curi e Nelson Justus, respectivamente (ver tabelas 26 e 27), sendo descartada como explicação para a variável dependente do modelo.

Concluimos, por fim, que o sucesso parcial do nosso modelo empírico para avaliar o impacto eleitoral da série “Diários Secretos”, com a validade de duas das quatro variáveis extraídas da literatura e testadas em campo, evidencia que o objeto não foi esgotado. Fica a certeza de que o escândalo e suas implicações institucionais e político-eleitorais merecem ser estudados continuamente, para que olhares contendo novos debates e novas reflexões lancem luz sobre este episódio, um dos mais importantes da história da política paranaense.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, A.; VEIGA, L. **Recepção da Comunicação Política**. In: Comunicação e política: conceitos e abordagens / Antonio Albino Canelas Rubim. Salvador: Edufba, 2004.

ALVES, C. A. **Efeito teflon: o escândalo dos Diários Secretos e a reeleição de Nelson Justus e Alexandre Curi**. Seminário Nacional de Sociologia & Política. Curitiba, 2011.

AZEVEDO, F. A. **Agendamento da Política**. In: Comunicação e política: conceitos e abordagens / Antonio Albino Canelas Rubim. Salvador: Edufba, 2004.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, p.32-41.

BAUM, M. A. 2005. "Talking the Vote: Why President Candidates Hit the Talk Show Circuit." *American Journal of Political Science* 49: p. 213-234.

BEZERRA, H. D. **Adversarismo e Lugares Narrativos: Proposta de um Modelo**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2005.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil. 1989.

BUCCI, E. B. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

BURDEN, B.C.. **When Bad Press Is Good News The Surprising Benefits of Negative Campaign Coverage**. In: *The Harvard International Journal of Press/Politics*, Vol. 7, nº 3, EUA, pp. 76-89. Disponível em: <http://hij.sagepub.com/content/7/3/76.full.pdf+html>.

CASTRO, M.M.M. **Determinantes do Comportamento Eleitoral: A Centralidade da Sofisticação Política.** RJ: Tese de Doutorado, 1994.

CERVI, E. **Produção legislativa e conexão eleitoral na Assembléia Legislativa do estado do Paraná.** Revista de Sociologia e Política. Curitiba: v. 17, n. 32, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782009000100010>>. Acesso em: 13/06/2012.

———. **Análise de dados categóricos aplicada à ciência política.** Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2005.

———. **Métodos quantitativos aplicados Às Ciências Sociais.** Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2012.

COLLING, L. **Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados.** Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 14, p. 88-101, abr. 2001.

———. **Estudos Sobre Mídia e Eleições Presidenciais no Brasil Pós-ditadura.** Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

DELLAVIGNA, S.; KAPLAN, E. **The Fox News Effect: Media Bias and Voting.** The Quarterly Journal of Economics 122 (3), 2007: 1187–1234.

D´DÁDAMO, O.; FREIDENBERG, F.; BEAUDOUX, V. D. **Medios de comunicación de masas y estabecimiento del agenda: un estudio empírico en Argentina.** In: América Latina, Hoy, nº25, Salamanca, 2000, p. 57-66.

DOWNS, A. **Uma Teoria Econômica da Democracia.** São Paulo: Edusp, 1999.

FIGUEIRDO, M. F. P. de; HIDALGO, F. D.; KASAHARA, Y.. **When Do Voters Punish Corrupt Politicians? Experimental Evidence from Brazil.** No prelo.

GARCIA, E. L. **Bibinho é condenado a quase 19 anos de prisão pelo caso dos Diários Secretos**. Gazeta do Povo, 14 de janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/diariossecretos/conteudo.phtml?id=1439524&tit=Bibinho-e-condenado-a-quase-19-anos-de-prisao-pelo-caso-dos-Diarios-Secretos>>. Acesso em: 16/02/2014.

GENTZKOW, M. A. 2006. **Television and Voter Turnout**. The Quarterly Journal of Economics 121: p. 931–972.

GERBER, A. S.; KARLAN, K.; BERGAN, D. 2009. **Does the Media Matter? A Field Experiment Measuring the Effect of Newspapers on Voting Behavior and Political Opinions**. American Economic Journal: Applied Economics 1: p. 35-52.

GUIMARÃES FILHO, C. **O Esso é nosso**. Gazeta do Povo, 21 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/diariossecretos/conteudo.phtml?tl=1&id=1069861&tit=O-Esso-e-nosso>>. Acesso em: 13/08/2013.

HISTÓRICO, 2013 - **Histórico**. Disponível em: <<http://www.nelsonjustus.com.br/index.php?Secao=Historico>>. Acesso em: 07/08/2013.

IYENGAR, S.; HAHN, K. S. 2009. **Red Media, Blue Media: Evidence of Ideology Selectivity in Media Use**. Journal of Communication 59: p. 19-39.

IYENGAR, S. 1987. **Television News and Citizens' Explanation of National Affairs**. American Political Science Review 81: p. 815-831.

KOHLBACH, K. **MP pede o bloqueio de R\$ 213,2 milhões de bens de deputados e ex-diretores**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/diariossecretos/conteudo.phtml?tl=1&id=1254770&tit=MP-pede-o-bloqueio-de-R-2132-milhoes-de-bens-de-deputados-e-ex-diretores>>. Acesso em: 16/06/2012.

LEMOS, L. B.; MARCELINO, D.; PEDERIVA, J. H. **Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006**. Opinião Pública. Campinas: v. 16, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762010000200004>>. Acesso em: 10/06/2012.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. L. **The agenda-setting function of mass media.** Public Opinion Quarterly, n. 36, 1972, p. 176-187.

MESA, 2013 - **Mesa Executiva – Alexandre Curi.** Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/13352-mesa-executiva-alexandre-curi>. Acesso em: 07/08/2013.

MIGUEL, L. F. **Os meios de comunicação e a prática política.** Lua Nova, São Paulo, n. 55-56, 2002, p. 155-184.

MILHARES de pessoas pedem ética e transparência na política paranaense. Jornal da Ordem, Paraná. v. 140, p. 10. Junho de 2010. Disponível em: <<http://admin.oabpr.org.br/imagens/jornal/artigos/42.pdf>>.

MUNDIM, P. **Imprensa e Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras de 2002 e 2006.** IUPERJ-Tec. Rio de Janeiro: 2010.

NICOLAU, J. M. 2002. **Como controlar os representantes? Considerações sobre as eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil.** Dados, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 219-236. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n2/10787.pdf>>. Acesso em: 13/06/2013.

OLIVEIRA, E. **Investimento em tecnologia na mudança de mãos.** Gazeta do Povo, 04 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/90anos/missao/conteudo.phtml?id=851977&tit=Investimento-em-tecnologia-na-mudanca-de-maos>>. Acesso em: 13/08/2013.

OLIVEIRA, R.C. **Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007.** In: Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun./dez. 2007, p. 150-169. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a08.pdf>>

———. **Produção Legislativa e Reeleição. Estudo de caso dos Deputados Estaduais e Federais do Paraná.** In: VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Recife, 2010. Disponível em: http://www.fetraconspar.org.br/destaques/2010/diretoria_12_08/prof_ricardo/poducao_legislativa_e_reeleicao.pdf

PARANÁ. Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, PR, p. 61, 16 nov. 1970. Capítulo V. Art. 43. Disponível em: <<http://www.portaldoservidor.pr.gov.br/arquivos/File/estatutoservidor.pdf>>

PEREIRA, C. & MUELLER, B. 2003. **Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil**. Dados, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 734-771. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/dados/v46n4/a04v46n4.pdf>>. Acesso em: 13/06/2013.

PERFILa. Início / Os Deputados / Conheça os Deputados /Perfil. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/42-nelson-justus>. Acesso em: 10/10/2012.

PERFILb. Perfil do Deputado Nelson Justus. Disponível em: <<http://www.nelsonjustus.com.br/index.php?Secao=Perfil>>. Acesso em: 10/10/2012.

PORTO, M. P. **Enquadramentos da mídia e política**. In: RUBIM, A.A. (Org.). Comunicação e Política: conceitos e abordagens. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 73-104.

RADMANN, E. R. H. **O eleitor brasileiro – Uma análise do comportamento eleitoral**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre: 2001.

RIBEIRO, A. T. **A influência das reportagens Diários Secretos na criação do movimento O Paraná Que Queremos e a revitalização da esfera pública**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/ribeiro-alexandro-2013-influencia-reportagens-diaris-secretos.pdf>>. Acesso em: 11/08/2013.

RUBIM, A. A. C.; AZEVEDO, F. A. **Mídia e política no Brasil**. In: Lua Nova. São Paulo, (43): 1998, p. 189-216..

SOARES, G.; DILLON, A.; TERRON, S. L. **Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)**. Opinião Pública vol.14, nº2 p.269-301, Campinas, 2008.

THOMPSON, J.B. **O Escândalo Político – Poder e visibilidade na era da mídia**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2002.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo – Porque as notícias são como são**. 2ªed., Florianópolis: Insular, 2005. Vol.I.

TRIGAL, L.L.; DEL POZO, P.B. **Geografía Política**. Madrid: Cátedra, 1999.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral – 2011a. Eleições / Eleições anteriores / Eleições 2010 / Estatísticas. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-2010/eleicoes-2010/estatisticas>>. Acesso em: 28/10/2011.

——— 2011b. Eleições / Eleições anteriores / Eleições 2006 / Resultado das eleições 2006. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-2006/resultado-das-eleicoes-2006>>. Acesso em: 28/10/2011.

———2013a. Eleições / Eleições anteriores / Eleições 2006 / Consulta a prestação de contas final eleições 2006. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-2006/consulta-a-prestacao-de-contas-final-de-candidatos-e-comites-financeiros-eleicoes-2006>>. Acesso em: 13/10/2013.

———2013b. Eleições / Eleições anteriores / Eleições 2010 / Consulta de Prestação de Contas / Pesquisa prestação de contas de candidato. Disponível em: <<http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.prestacaoconta2010/pesquisaCandidato.jsp>>. Acesso em: 13/10/2013.

VEIGA, L. F.; TOMIO, F.; PAULA, C. A. **Conexão eleitoral em uma Assembleia Legislativa: A atuação do parlamentar e atitude do eleitor**. Artigo apresentado no 6º Encontro da ABCP, Campinas, São Paulo, 2008.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 8ª ed. Lisboa: Presença, 2003.

ZALLER, J. R. **The Nature and Origins of Mass Opinion**. Cambridge:Cambridge University Press, 1992.

ZAVALA, R.G.B. **Génesis de la geografía electoral**. In: Espacialidades, nº2, México, janeiro-junho de 2012, pp.80-95. Disponível em: <<http://espacialidades.cua.uam.mx/2012/02/genesis-de-la-geografia-electoral/>>.

ANEXOS

QUADRO 3: REPORTAGENS DA SÉRIE “DIÁRIOS SECRETOS” CITADAS NA DISSERTAÇÃO

DIA	CHAMADA DE CAPA / TÍTULO DA REPORTAGEM	REPÓRTER(ES)	CITAÇÃO*
16/03/2010	Assembleia encobre metade de seus atos em diários suspeitos / Diários avulsos escondem atos da Assembleia	Karlos Kohlbach, Katia Brembatti, James Alberti e Gabriel Tabatcheik	p. 20
17/03/2010	"Nós vamos apurar tudo" / Justus anuncia sindicância	Guilherme Voitch	p.21
17/03/2010	Dinheiro público mantém rede privada do diretor-geral da AL / O todo-poderoso	Karlos Kohlbach, Katia Brembatti, James Alberti e Gabriel Tabatcheik	p. 21
20/03/2010	Justus com poucas respostas / Bibinho não volta, afirma Justus	Guilherme Voitch e Fernando Parracho	p. 31
21/03/2010	Sem respostas / 2.178 atos secretos da Assembleia	Karlos Kohlbach, Katia Brembatti, James Alberti e Gabriel Tabatcheik	p. 21
29/03/2010	Sociedade quer punição para o escândalo da Assembleia / “A sociedade indignada quer que responsáveis sejam punidos”	Guilherme Voitch	p. 27
06/04/2010	Operação da PF e diários expõem rede política de Justus / Investigação mostra rede de influência de Justus	Karlos Kohlbach, Heliberton Cesca, Katia Brembatti, James Alberti E Gabriel Tabatcheik	p. 31

DIA	CHAMADA DE CAPA / TÍTULO DA REPORTAGEM	REPÓRTER(ES)	CITAÇÃO*
07/04/2010	Nelson Justus é sócio de filha de Abib em rádio / Rádio não declarada à Justiça Eleitoral liga Justus a Bibinho	Karlos Kohlbach, Heliberton Cesca, Katia Brembatti, James Alberti e Gabriel Tabatcheik	p. 31
08/04/2010	OAB, PPS e PV defendem afastamento de Justus / OAB, PPS e PV pedem a saída de Justus	Euclides Lucas Garcia, Heliberton Cesca e Karlos Kohlbach	p. 32
09/04/2010	Justus precisa ser afastado / Justus precisa ser afastado	Não assinado (editorial)	p. 31
13/06/2010	O futuro da Assembleia em jogo / Impacto das denúncias será sentido nas urnas	Rogério Waldrigues Galindo e Rosana Félix	p. 91

**Página da dissertação em que a referida reportagem foi citada.*